

A VIAGEM DE IBN AMMÂR DE SÃO BRÁS A SILVES

Maria Alice Fernandes

Abdallah Khawli

Luís Fraga da Silva

**Comunicação às I Jornadas "As vias do Algarve, da época romana à actualidade"
São Brás de Alportel, 21 e 22 de Abril de 2006**

Texto a editar em 2007 pela Câmara Municipal de São Brás de Alportel



Associação Campo Arqueológico de Tavira

www.arqueotavira.com

Tavira 2006

Versão corrigida em 2007-05-23

A VIAGEM DE IBN AMMÂR DE SÃO BRÁS A SILVES

O poeta, cortesão e político *Ibn Ammâr* iniciou a sua vida pública muito jovem, por uma viagem entre a sua terra natal, *Xanbras*, e a capital regional, *Xilb*.

Dessa viagem ficou o relato de um episódio da sua chegada à cidade, história digna das *Mil e Uma Noites* e de acordo com a dimensão trágica e maior-que-a-vida deste extraordinário personagem, por muitos considerado o maior poeta do *al-Andalus*.

Aproveitando a realização deste evento relativo ao estudo das antigas estradas, organizado na terra natal de *Ibn Ammâr*, resolvemos evocar essa sua viagem reunindo três abordagens de estudo distintas sobre o cenário em que ela terá ocorrido: a história das fontes árabes, a geografia histórica e a toponímia.

É uma combinação pouco frequente, mas cuja oportunidade não quisemos deixar passar como homenagem a *Ibn Ammâr* e como perspectiva de futuros trabalhos conjuntos.

Abdallah Khawli [AK]

Maria Alice Fernandes [AF]

Luís Fraga da Silva [FS]

Sumário

A VIAGEM DE IBN AMMÂR DE SÃO BRÁS A SILVES.....	3
Sumário.....	5
1. Ibn Ammâr [AK].....	6
O século de Ibn Ammâr.....	6
Um trovador sem rumo e um príncipe sem coroa.....	7
2. As narrativas árabes da viagem de Ibn Ammâr a Silves [AK].....	9
A antologia literária de Ibn Bassâm.....	9
Versão de al-Marrâcuxî.....	10
3. Os lugares do percurso nas fontes árabes [AK].....	12
4. Reconstituição geográfica do percurso [FS].....	19
Reconstituição da rede viária islâmica.....	19
Seleção do percurso.....	35
Viabilidade da jornada.....	41
5. A toponímia do percurso [AF].....	43
Introdução.....	43
Estudo toponímico.....	47
Apêndice: O vocabulário viário árabe [AK].....	69
Bibliografia.....	72
[AK].....	72
[FS].....	74
[AF].....	76

1. Ibn Ammâr [AK]

O século de Ibn Ammâr

Ibn Ammâr nasceu em 1031, o mesmo ano em que o califado Omíada do al-Andalus foi definitivamente abolido e que marca o início dos reinos independentes das Taifas (1031-1095). As causas desta fragmentação remontam aos anos 1009-1013, quando Córdova, a capital do *al-Andalus*, foi palco de uma guerra civil fomentada pelas lutas pelo poder entre diferentes candidatos omíadas e seus respectivos apoiantes.

Classificada de nefasta pelos autores árabes nostálgicos do califado, esta fase de descentralização foi, no entanto, positiva para as regiões periféricas do *al-Andalus*, como é o caso do Algarve, onde se notou uma nítida evolução económica, social e cultural.

A cidade de Silves destacou-se pelo seu rápido desenvolvimento, que lhe permitiu suplantar desde o século XI a antiga *Ocxûnuba*, tornando-se a capital da região do Algarve. É de notar o surgimento de Loulé e Tavira, elevadas à categoria de cidade no século XII, com os seus respectivos distritos agrícolas, muralhas e mesquitas catedrais.

Os dois principados autónomos fundados no Algarve são:

O dos Banû Hârûn, em Faro, representados por Abû Utmân Saîd (1016-1042) e Muhammad Ibn Saîd (1042-1053), vindos da zona de Mérida, que reinaram sobre a região de Sotavento;

Em Silves, sucederam-se diversos chefes antes da tomada do poder pela família dos Banû Muzein: Abû al-Asbagh Îsâ (1048-1053), Muhammad Annâcer (1053-1058) e Îsâ (1058-1063).

Al-Mutadid Ibn Abbâd, rei da poderosa Taifa de Sevilha, acabou por pôr fim aos dois reinos independentes do Algarve: Faro em 1053 e Silves em 1063.

Um trovador sem rumo e um príncipe sem coroa¹

Abû Bacr Muhammad Ibn Ammâr nasceu na aldeia de São Brás (*Xannabûs*) em 441 / 1031. Era filho de al-Hussein, o pai, e de Xumaysa ou Xams (*Sol*), a mãe. Da sua genealogia pouco longa, o que não é habitual para quem se arroga de origem tribal (*nisba*) árabe, nomeadamente a dos Mahr, denota-se a sua procedência *muladî*. Nasceu no seio de uma família muito pobre, mas a sua inteligência e persistência levaram-no ao topo da hierarquia social. No entanto, a ambição desmesurada fê-lo cair no nível mais baixo da pequenez: preso e leiloado, antes de ser assassinado pelo seu melhor amigo!

A aventura de Ibn ‘Ammâr começou quando abandonou São Brás, a sua terra natal, apenas com uma dezena de anos de idade, rumo à cidade de Silves, logo depois de ter acabado a memorização do Alcorão na escola corânica da sua pequena aldeia. Estudou na grande mesquita de *Xilb* antes de rumar para Córdova, a capital intelectual do *al-Andalus*. Aí ouviu cursos de direito, de gramática e de língua árabe, mas ficou apaixonado pela poesia. Na sua época, este ramo literário era o mais apreciado pelos jovens da aristocracia urbana, que versejavam por mera diversão. Mas Ibn ‘Ammâr, pobre como era, procurava através dela o seu sustento. Assim, viajou por várias cidades do *al-Andalus* em busca de mecenas para os seus panegíricos, os quais raramente lhe saciavam a fome, apesar da sua qualidade.

Em 1053, o destino levou-o até à corte do rei de Sevilha, al-Mu’tadid Ibn ‘Abbâd, que apreciou os seus panegíricos e não hesitou em recompensá-lo pelo justo valor. Passou, desde então, a fazer parte da elite da corte com larga remuneração. Conheceu o príncipe al-Mu’tamid a quem acompanhou anos mais tarde (1063) para Silves, então conquistada, que passou a governar. As divertidas noitadas, bem regadas de vinho e celebradas com música e donzelas pelos dois companheiros, no palácio das Varandas, alertaram o já desconfiado al-Mu’tadid. Este, na tentativa de evitar a má influência do poeta algarvio sobre o seu filho al-Mu’tamid, nomeado entretanto príncipe herdeiro, banuiu Ibn ‘Ammâr do reino de Sevilha, afastando-o do príncipe.

Em 1069, após uma longa estadia em Saragoça, Ibn ‘Ammâr é chamado pelo seu amigo, recém coroado rei de Sevilha. Foi nomeado governador de Silves por poucos anos, antes de voltar para o lado do seu amigo íntimo. Na qualidade de grande vizir, teve um papel

¹ - A bibliografia sobre este grande poeta do al-Andalus é muito extensa pelo que referimos apenas estudos recentes publicados em Portugal: o estudo, ainda actual, de J. Garcia Domingues, “Ibn ‘Ammâr de Silves: o maior poeta árabe do Algarve”, in *Portugal e o al-Andalus*, pp. 143-152; Adalberto Alves e H. Hadjadji, *Ibn Ammâr al-Andalusî, o drama de um poeta*, Lisboa, 2000; H. Hadjadji, “Ibn Ammâr al andalusi: le poète vizir d’al Mu’tamid, prince de Séville”, in *Xarajîb*, Revista do Centro de Estudos Luso-árabes, n° 2, Silves, 2002, pp. 85-100.

importante na governação do reino: era ele quem chefiava as tropas, quer para novas conquistas quer na aplicação de estratégias de defesa. Tudo isto ainda com disponibilidade em tempo para animar a corte do seu amigo, o rei poeta al-Mu'tamid.

Em 1078, Abû Bacr conquistou Múrcia e, em vez de voltar para junto do seu rei para celebrar o triunfo, proclamou-se independente. Mas, pouco depois, foi ele próprio traído e expulso de Múrcia, sem honra nem tesouro. Bateu, em vão, às portas de diversos palácios e solicitou auxílio aos velhos amigos: só al-Mamûn de Saragoça lhe abriu os braços. Voltou à traição, o seu jogo favorito, mas acabou numa prisão do castelo de Segura. Daí foi reconduzido até Sevilha, algemado em cima de um burro, como ordenara al-Mu'tamid, seu comprador. De nada lhe serviram as mil e umas desculpas, em emocionantes versos. Em 1084, o próprio al-Mu'tamid o assassinou.

2. As narrativas árabes da viagem de Ibn Ammâr a Silves [AK]

A antologia literária de Ibn Bassâm

No Ocidente nasceu, Xilb foi um lugar de passagem e Xannabûs o lugar onde viveu a sua adolescência e maturidade; no entanto a sua poesia abrangia o ocidente e o oriente da Península, tendo chegado até à Síria e ao Iraque através das melodias dos pastores de camelos e da voz dos declamadores.

Foi certamente um poeta incompatível e um sedutor invencível. Quando escrevia um panegírico, as suas palavras possuíam o poder de limpar toda e qualquer mancha e quando recitava versos de escárnio, até os surdos os ouviam; e quando narrava em verso o amor, particularmente o dos efebos imberbes, desprendia-se deles um encanto desconhecido de eloquência.

Cresceu numa época em que a poesia era abundante e o seu caminho foi o mais repleto dos caminhos em dinheiro e em prosperidade. Durante algum tempo obedeceu a esta arte e depois renegou-a por odiar a dádiva, quando precedida dum pedido o qual a transforma em astúcia e fraude.

Abû Bakr foi uma das presas do infortúnio e das folhas caídas da árvore de uma felicidade mirrada, alguém que sofreu diversas privações e ultrapassou as durezas do tempo. Dormia debaixo de um banco, no chão, como se fosse ele próprio uma esteira num átrio comum a uns e outros. Disto provém a sua reflexão demonstrando que este mundo consiste em avanços e recuos e que na vida do homem existem ornamentos de diversas cores mas também pavores.

Vim a saber que numa das obscuras noites desses dias tenebrosos se viu obrigado a procurar abrigo numa das dignas casas de Xilb, junto a alguém que o atraiu e que se alegrava com as privações que Ibn Ammâr sofria devido a sua erudição. Recitou-lhe Ibn Ammâr algumas poesias escritas na época em que ele maltratava o destino e o destino o maltratava a ele e nelas colocou tanta alma que por ela se teria dado a morte se por ela não tivesse voltado à vida. E aceitou dedicar-lhe um poema nesse dia em que ao crepúsculo os jardins e a alma adquiriam a cor dos céus e em que dos rios restava um vago vestígio com pouca água, boa apenas para satisfazer um único viajante com sede, vestígio mais estreito que o espaço entre a pele e a barba.

E quando Ibn Ammâr lhe recitou trechos das suas obras e retirou o véu que encobria as suas motivações, o homem cochichou algo ao ouvido de seu servo que saiu e logo voltou com um saco cheio de cevada e disse: “toma isto, pois entre os pecadores és tu o mais digno”.

A alma de Ibn Ammâr ardeu de paixão; esqueceu o seu próprio nome, transpirou abundantemente e interrogou-se sobre a melhor maneira de aproveitar esta dádiva e pensava no seu burro. Sentia-se desprezível por aceitar essa oferta, regressando atormentado à escuridão da noite, batendo a terra com os pés e mordendo de raiva os dedos em sangue.

E quando Ibn Ammâr atingiu uma posição de prestígio voltou de repente à casa desse homem, acompanhado por ilustres homens de Estado, e a terra tremeu com o bater dos pés dos servos e das patas dos cavalos. Então, esse homem tentou satisfazê-lo oferecendo-lhe os seus bens, vendo em Ibn Ammâr um prodígio ou o vestígio de um sonho.

Ibn Ammâr lembrou-lhe o tempo passado e confirmou que tudo isso já acontecera. O homem por sua vez estremeceu entre medo e vergonha, sonhando apenas com um poço de água na terra ou com uma escada que o levasse até aos céus.

Mas Ibn Ammâr não se zangou com ele porque este lhe recitou aquela poesia. Ibn Ammâr perdoou-lhe aquela dádiva, oferecendo-lhe um saco cheio de dirhames e disse-lhe: “ Se não tivesses mostrado o teu respeito, ensinava-te a cortesia. E se ontem tivesses enchido este saco de trigo, hoje estaria cheio de ouro”.

Ibn Bassâm, *al-Dakhîra*, vol. II, texto árabe pp 368-371; tradução portuguesa de Elena Koroleva-Kapyirina, “Os poetas de Silves na antologia de Ibn Bassâm”, in *Actas das III jornadas de Silves*, Silves 1997, pp. 87-97.

Versão de al-Marrâcuxî

Muito jovem foi para Silves onde se instruiu e onde estudou literatura sob a direcção de vários mestres, entre outros Hajaje Iúçufe ibne Iça Alalame. Dali partiu para Córdova onde continuou os mesmos estudos e onde se revelou um poeta hábil de tal modo que aproveitou o talento poético para ganhar o seu sustento.

Começou a percorrer o Andaluz, procurando as larguezas não só dos príncipes como as de qualquer um que aceitasse os seus ditirambos, pouco se importando que a recompensa procedesse de um rei ou de um homem vulgar.

Sobre tal procedimento conta-se uma história singular. No decurso das suas viagens chegou a Silves apenas com um cavalo [aliás uma besta] e sem ter que lhe dar comer. Dedicou então

uns versos a um dos mercadores principais da praça e obteve êxito bastante porque recebeu dele um bernal cheio de cevada, o que, na situação em que se encontrava, pareceu a Ibne Amar a oferta mais esplêndida, o dom mais precioso.

Com o tempo o destino favoreceu de tal maneira o poeta que alcançou uma alta situação e foi nomeado por Almutâmide Alalá, mal subiu ao trono, governador de Silves e do seu distrito.

Ibne Amar entrou na cidade rodeado por um magnífico cortejo e por uma multidão de escravos e cortesãos, desprendendo maior fausto do que mostrara Almutâmide enquanto governou a cidade em nome do seu pai Almutádide.

O primeiro acto do novo governador de Silves foi averiguar o que era feito do seu antigo benfeitor e, antes de mais, se vivia ainda. Ao receber resposta afirmativa devolveu-lhe cheio de moedas de prata o mesmo bernal que o mercador lhe enviara antes. E mandou-lhe dizer: “- Se o tivesses enchido de trigo, tê-lo-ia mandado encher agora de ouro”.

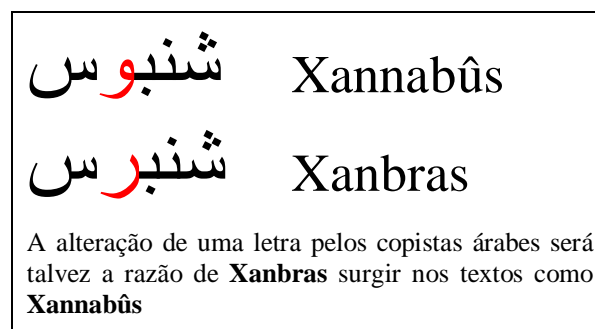
Al-Marrâcuxî, *Al-Mu`jib*, p. 169; tradução portuguesa de A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. II, 1989, p. 222.

3. Os lugares do percurso nas fontes árabes [AK]

As localidades que fazem parte do percurso entre São Brás e Silves e que são mencionadas na documentação árabe medieval são:

São Brás de Alportel, *Xanbras* شنبرس

As únicas referências a São Brás figuram em biografias dedicadas a Ibn Ammâr em antologias literárias como as de Ibn Bassâm (f. em 1147) e de Ibn Saïd al-Maghribî (1213-1286) e em dicionários biográficos como o de Ibn al-Abbâr (1199-1260). Todas elas, sem dar nenhuma informação de registo, a qualificam de uma pequena *qarya*, isto é, uma aldeia, situando-a na província de Silves. A. Herculano, baseando-se numa tradução espanhola, de uma fonte árabe, na qual aparece a terra natal de Ibn Ammâr designada por *Xombos*, identificou-a como sendo Estombar. David Lopes (*Nomes árabes de Terras Portuguesas*, p. 103), depois de ter seguido esta hipótese, rectificou-a ao ter acesso directo a novos textos árabes onde aparece sob as formas *Xannabûs* ou *X.n.bûs* (شَنْبُوس), identificando-a com São Brás de Alportel. De facto, como afirma o arabista português, são frequentes as corruptelas dos copistas árabes perante nomes estrangeiros, que podiam confundir facilmente, como é o caso de São Brás, as letras "Râ" (ر) e "Wâw" (و), transcrevendo assim شَنْبُوس (*Xannabûs*) em vez de شَنْبِرْس (*Xanbrax*)



Para além desta hipótese, outras pistas indicam que se trata de São Brás e não de Estombar:

- Este último lugar vem atestado em fontes portuguesas do século XII como Torre de Abece (ou Abbâs). No século seguinte era chamado Escombar, talvez por ser uma povoação escambada (ou trocada) por Cacela (Garcia Domingos, 1997, p.97);
- O prefixo árabe *Xan* corresponde ao título românico que deu em português *São* (*Santo*), prefixo não atestado no topónimo Estombar;

- A terra de Ibn Ammâr é classificada como alcaria (i. e., aldeia) e não como torre (*burj*), que seria a qualificação adequada para Estombar;
- O facto de São Brás ser incluída no distrito de Silves e não no de Faro deve-se a Silves, suplantando a antiga Ucxûnuba, ter-se tornado a capital de toda a província desde a integração do Algarve no reino de Sevilha. Silves, para além da sua importância político-administrativa, era de facto a capital cultural não só do Algarve mas de todo o *Gharb al-Andalus*, pelo que alguns sábios, oriundos de pequenas aldeias do Algarve, são registados como originários da província de Silves;
- Se Ibn Ammâr fosse de Estombar conheceria os seus habitantes proeminentes e não pediria no mercado de Silves, como aconteceu numa das suas viagens a esta cidade, que lhe indicassem uma personagem rica a quem se dirigir. De facto, a distância entre uma e outra localidade não ultrapassa os sete quilómetros, distância percorrida, pelo menos uma vez por semana, pela população muçulmana masculina de Estombar para se deslocar à grande mesquita de Silves, onde era obrigada a efectuar a oração do meio-dia da sexta-feira.

Alportel

O texto de al-Idrîsî (*Los caminos*, p. 51, trad. p. 83) referente às distâncias entre diversas localidades do *Gharb* menciona o castelo (*hisn*) de *Martula*, que situa a uma etapa de Silves e a uma etapa ligeira da cidade de Faro. O editor da obra (p. 186) pensou tratar-se de *Burtalla*, corrigindo o nome de *Martula* transcrito nos manuscritos árabes, justificando esta correcção pelo facto de «*por una parte, la distancia que lo separa de Silves es manifestamente incorrecta, y por outra, una línea antes há dicho que “de Mértola (Mârtula) bajando por la orilla del rio [Guadiana] al mar [Oceano] hay cuarenta millas [73 km]*». Oliveira Marques (*O Portugal Islâmico*, p. 170) identificou o topónimo *Portela* sugerido pelo editor de al-Idrîsî com São Brás de Alportel. Pedro Bernandes e Luís Oliveira recusaram esta localização com sólidos argumentos: de um lado, a ausência de vestígios de fortificação em São Brás, e, por outro, a incoerência das distâncias indicadas por al-Idrîsî entre o referido castelo e as cidades de Faro e de Silves. Sugeriram então que «muito provavelmente, o castelo da Portela corresponde à fortificação em taipa de Salir (...) que se encontra de resto, a cerca de 30 km de Faro e a pouco mais de 43 km de Silves» (*A Calçadinha*, p. 40). No entanto, esta proposta, a nosso ver, está longe da realidade pelos seguintes motivos:

- A obra de al-Idrîssî é anterior ao ano de 1165, data da morte do autor, enquanto que a construção do castelo de Salir fazia parte do programa almoáda de reforço da defesa do Algarve, programa este que se inicia a partir de 1189, ano da tomada de Silves pelos Portugueses e Cruzados, e continua até 1227, ano da retirada dos Almoádas do al-Andalus;
- Seria difícil explicar a mudança do topónimo *Portela* para *Sellir*, ambos de origem linguística latina;
- Uma leitura atenta ao texto de al-Idrîssî leva-nos a conjecturar que o castelo em questão não se localize no Algarve, mas que se trate simplesmente do castelo de Mértola, como aliás vem mencionado no manuscrito. As distâncias indicadas até Faro, uma etapa breve, e até Silves, uma etapa, são calculadas a partir da foz do rio Guadiana, que é a última estação a ser referenciada no texto.

Loulé, Al-‘Ulyâ العلياء

É uma das localidades que aparece referenciada unicamente em fontes árabes tardias dos séculos XII, XIII e XIV. A primeira referência (Ibn Idârî, p. 39), onde surge classificada de *madîna*, relata os acontecimentos do ano de 1149-50 aquando da submissão dos seus habitantes ao chefe almoáda em missão de pacificação no *Gharb*. No ano de 1169, Loulé faz parte do distrito de Tavira, a nova capital do Sotavento, governado pelo chefe almoáda Ibn Sinân (Ibn Sâhib Assalâ, p. 309). No século XIII, Abd al-Wâhid al-Marrâcuxî (*Al-Mu’jib*, p. 523) coloca-a entre as cidades do sudoeste ibérico: «*De Sevilha até Silves, que se situa sobre a costa do Mar Grande (o Atlântico) há cinco etapas. Entre elas existem pequenas localidades como a cidade de Labla, o castelo (hisn) de Martula, a cidade de Tabîra, a cidade de Al-‘Ulyâ e a cidade conhecida por Xantamiriyya*».

No mesmo século, a cidade de Loulé é mencionada por causa de dois sábios que dela eram naturais: Kutayyir al-‘Ulyâwî (o Louletano) e Abû Ja’far, ou Abû al-‘Abbâs, al-‘Uryânî:

- O primeiro vem referenciado na obra literária de Ibn Saîd (*al-Mughrib*, vol. II, p. 398) que do seu nome completo apenas indica o próprio (*ism*) e a origem geográfica. No entanto, sublinha que teria sido torturado na cidade de Bugia (Argélia) donde foi exilado para Minorca, ilha onde se fixou junto ao seu amigo Abû ‘Utmân Saîd Ibn Hakam de Tavira², reproduzindo alguns trechos da sua poesia³. Outro biógrafo do século XIII, Ibn

² - Acerca deste sábio e rei independente de Minorca ver A. Khawli, “Tavira islâmica novos dados” in *Tavira: Território e Poder*, pp. 131-146; J. G. Domingues, “Tavira na época árabe” in *Tavira: território e Poder*, pp. 341-359.

Abd al-Malik (*ad-dayl wa at-takmila*, vul. IV, p. 76) oferece mais informações acerca deste sábio cujo nome completo é Abû Ar-rabi` Sulaymân b. ‘Alî al-kutâmî kutayyir al-Gharbî de Silves, assinalando que foi secretário do rei muçulmano de Minorca e que tinha falecido nesta ilha em 1244-45. É notável apontar que a cidade de Silves, aqui mencionada como terra de origem deste letrado, seria antes a capital da província onde se localizava Loulé e não propriamente a sua terra natal. Também é importante registar a origem berbere de Kutayyir que pertencia à tribo magrebina dos Kutâma.

- A segunda personagem notável de Loulé islâmica é o místico Abû al-‘Abbâs ou Abû Já’far Al-‘Uryânî um dos mestres do grande soufî do Islão Muhyi Ad-dîn Ibn ‘Arabî, a quem iniciou, em Sevilha, por volta do ano de 1184, na prática da contemplação⁴.

Uma das ilustres famílias do Gharb, os Banû Mahîb, ou Muhîb⁵ (Ibn al-Khatîb, *al-Ihâta*, II, p. 425) que governaram Tavira no período de transição do poder entre as dinastias magrebina, almorávida (1093-1145) e almoáda (1147-1227),⁶ era originária da cidade de Loulé.

É claro que o desenvolvimento de Loulé só se verificou a partir do século XII. Isto implica que antes deste período era uma pequena aldeia. Estas informações da documentação árabe parecem confirmadas pelos resultados de trabalhos de arqueologia que denotam uma nítida evolução da Loulé islâmica, no plano arquitectónico e ao nível da abundância da cerâmica islâmica, a partir dos meados do século XII⁷.

Paderne

A primeira referência a esta localidade nas fontes árabes medievais vem a propósito de um sábio dela originário. Trata-se de Abû al-Fath Sa`dûn b. Muhammad b. Ayyûb Az-Zuhrî que viveu em Sevilha, onde faleceu em 435 H (10 de Agosto de 1043 até 29 de Julho 1044). «Era originário da qarya (aldeia) de *Bantar* بنطر (do termo) de *Xanta Maria*, uma das cidades do *al-Gharb*» (Ibn Baxcuâl, nº 525, p. 229). A grafia *Bantar* poderia ser uma corruptela de *Baterna* بطرنة, como aliás aparece escrita numa crónica árabe anónima do século XIV (*Ad-*

³ - Ver a tradução completa em Garcia Domingues, pp. 216-217.

⁴ - Ibn ‘Arabî, *Rissâlat al-quds, Damasco*, 1964, nº 1, pp- 76-84; tradução espanhola de M. Acin Palácios, *Vidas de santones andaluses*, Madrid, 1981, nº 1, pp. 52-62; J. G. Domingues, “O místico louletano Al-Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame ocidental”, in *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa, 1997, pp. 213-236.

⁵ -; A. Khawli, *Tavira islâmica*, p. 142.

⁶ - Período, também chamado de segundas taifas, que se inicia com a revolta de Ibn Qassî com a tomada de Mértola em 1144 e acaba com a conquista de Tavira pelos Almoádas em 1167. Ver A. Khawli, *le Garb al-Andalus à l’époque des secondes Taifas*, *Arqueologia Medieval*, nº 7, 2001, pp. 23-37; Ch. Picard, *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècles)*, ed. Maisonneuve et Larose, Paris, 2000, pp. 87-106; Adalberto Alves, *As Sandálias do Mestre*, ed. Hugin, Lisboa, 2001, pp. 65-109.

⁷ - H. Catarino, “Herança islâmica na Madinat al-‘Uliã (Loulé): arqueologia e território”, pp. 130-142; Isabel Luzia, “O passado em al-‘Ulyã: A escavação arqueológica do cemitério muçulmano” pp. 151-156; Eugénia Cunha e alii, “O pasado de al-‘Ulyã: estudo antropológico de uma população muçulmana”, pp. 143-150.

dakhîra, p. 70). Nela faz-se menção a diversas localidades doadas pelo rei de Niebla e do Algarve, Ibn Mahfûz, ao soberano de Castela, Afonso X⁸.

É importante notar que *Paderna* na primeira referência não era classificada como *hisn*, o que indica que o seu castelo ainda não existia nessa altura (século XI), facto comprovado pela arqueologia que lhe atribui uma cronologia mais tardia, nomeadamente do período das dinastias magrebinas almorávida e almoáda (H. Catarino, 1993, p. 86).

Algoz

Foi o arabista algarvio J. Garcia Domingues que identificou este topónimo com *Al-juz* (الجز), nome de uma das localidades doadas pelo rei de Niebla aos Cristãos (anónimo, *ad-dakhîra*, p. 70). No entanto, de uma leitura atenta ao texto árabe, e tomando em consideração que a doação compreendia unicamente terras importantes da província do Algarve, achamos que seria melhor ler *Al-Juzur* (الجزر) em vez de *Al-Juz*. Tratar-se-ia então do truncamento da última letra do topónimo, que significa ilha ou penínsulas, e que daria em português *Aljezur*. Quanto ao topónimo Algoz, seria eventualmente derivado de *al-Ghuzz* (الغز). Este étimo, assim como o de *Al-Aghzâz*, era o nome que designava os mercenários de origem turca ao serviço das dinastias árabes do Oriente islâmico. Na década de oitenta do século XII, um grupo deles guerreava na Tunísia contra os Almoádas. Em 1187, foram derrotados pelas tropas do califa almoáda Al-Mançûr (1184-1199) e, depois de exilados para Marrocos como prisioneiros de guerra, formam um contingente que participou nas lutas contra os Reinos cristãos do *al-Andalus*. A sua participação neste território islâmico é atestada em 1191, ano da conquista de Alcácer e Silves aos Portugueses (Ibn Idârî, pp. 210-212). Seria assim possível que se estabelecessem como milícia defensiva nos arredores de Silves, ocupando o espaço que, eventualmente, ficaria com o seu nome sob a forma Algoz.

Silves

A *madîna* de *Xilb* foi talvez a cidade do *Gharb* que mais beneficiou da civilização islâmica medieval. De facto, de uma pequena *urbe* sem grande brilho nos períodos romano e visigodo, Silves, a partir do século X, apresenta-se como uma cidade soberana cheia de dinâmica e de riquezas. No século das taifas, e conseqüentemente à sua integração no reino de Sevilha, alcançou o seu grande apogeu, tornando-se a capital da *kûra* de *Ocsûnoba*. Para além da sua

⁸ - O texto diz o seguinte: “E neste ano (de 645 H/ 1247-48) entregou Ibn Mahfûz aos cristãos a cidade de Talabîra (melhor Tabîra - Tavira) al-‘Ulâ (melhor al-‘Ulyâ - Loulé), Xilb (Silves), Al-juz (melhor Al-juzur i.é. Aljezur) e Al-Khuzâna (melhor Al-Muzâna, i.é. Messines), Marxûxa (talvez Barxûxa, Porches) e Al-Hurra (melhor Al-Buhayra, Albufeira). Ver a tradução deste texto em Garcia Domingues, *op.cit.* p. 232.

importância económica e administrativa, *Xilb* tornou-se centro cultural e passagem obrigatória para estudantes e sábios de todo o *al-Andalus*. Os autores árabes medievais celebram as suas potencialidades económicas, a beleza do seu urbanismo, a nobreza da sua população e a riqueza do seu alfoz (al-Idrîsî, 1975, p. 179-80; al-Himyarî, 106-107, trad., pp.129-30). Os trabalhos de investigação arqueológica vêm a confirmar estas particularidades (R. V. Gomes, 2002).

4. Reconstituição geográfica do percurso [FS]

Nesta parte da comunicação abordam-se aspectos histórico-geográficos relacionados com a reconstituição do presumível percurso de Ibn-Ammar, que foi estabelecida em duas fases:

1. Reconstituição da rede viária da época, entre São Brás e Silves.
2. Selecção do melhor trajecto dentro dessa rede, tendo em conta diversos critérios geográficos, explicitados no texto.

Reconstituição da rede viária islâmica

A reconstituição das redes viárias antigas (anteriores ao séc. XVIII) constitui parte inseparável do problema mais geral da reconstituição das corografias das suas épocas. Permanece essencialmente um problema de Geografia Histórica⁹, mais concretamente de análise geográfica de informação espacial multivariada, cuja preparação e interpretação depende da extensão e da qualidade do conhecimento produzido por diversas disciplinas especializadas, para além das propriamente geográficas.¹⁰

O tema da reconstituição das redes viárias históricas do Algarve é virtualmente inédito em termos bibliográficos, sobretudo no que diz respeito a metodologias, análise das fontes e descrição de procedimentos operativos. Sai fora do âmbito deste trabalho fazer uma apresentação formal do assunto e as limitações editoriais obrigam a um resumo em que se privilegiam aspectos do tratamento cartográfico das fontes.

Bases da reconstituição

A reconstituição da rede viária islâmica realiza-se em duas etapas:

1. Sobreposição da rede viária geopolítica da época sobre a topografia viária existente antes de 1755, reconstituída por sua vez a partir das fontes corográficas e cartográficas posteriores.

⁹ SAUR (1941)

¹⁰ É o caso da Toponímia, da História regional e documental (incluindo a Filologia Clássica), da Arqueologia e disciplinas correlacionadas, da Etnologia agrária e religiosa, da Geomorfologia e da Ecologia histórica.

Na área da Geografia, destacam-se as competências tradicionais da Geografia Humana: transportes, povoamento, geo-economia e geopolítica; as técnicas de análise cartográfica e fotogramétrica e as competências tradicionais da Geografia Histórica: análise e reconstituição de paisagens, dinâmicas históricas da ocupação territorial, sínteses narrativas e cartográficas.

2. A rede resultante é posteriormente corrigida a partir da sua articulação com a localização de elementos corográficos coevos, designadamente lugares identificados pelas fontes históricas e arqueológicas, pela toponímia e pelo seu geo-condicionamento funcional.

A arqueologia

A informação arqueológica tem, praticamente sempre, um papel indispensável em estudos de história territorial, como é o presente caso, sobretudo quando eles se referem a épocas mais antigas (de um modo geral anteriores ao séc. XV). Essa informação é tanto mais importante quanto mais antigas forem essas épocas, devido à ausência de fontes complementares.

No entanto, a nossa zona de estudo revela-se, para o período islâmico, extremamente rica em referências históricas e toponímicas, associadas a uma malha viária milenária relativamente simples, em que é possível identificar as maiores alterações estruturais ocorridas entre a Idade Média e a actualidade.

Deixámos assim de parte, propositadamente, os lugares identificados por fontes arqueológicas, sem abonações complementares, de modo a ilustrar as possibilidades da análise filológica na interpretação do espaço geográfico antigo, objecto da 5ª parte desta comunicação.

Trata-se de um tipo de análise muito produtiva, para épocas históricas que criaram um substrato maduro e exaustivo de ocupação rural, traduzida por uma toponímia abundante e rica em significados: linguístico, histórico-cronológico e, sobretudo, corográfico.

É o caso, por ordem de importância crescente da riqueza informativa sobrevivente, da época romana, do período islâmico e dos primeiros séculos do domínio português.

Esta abordagem disciplinar, cujos resultados são determinantes nos estudos de geografia histórica, tem sido descurada devido à raridade de linguistas competentes e especializados na história linguística do Sul, com um conhecimento fino dos *corpora* documentais existentes.

Fontes coevas

O conhecimento da rede viária islâmica não pode depender da sobrevivência de vestígios estruturais específicos, pois eles são inexistentes. A arqueologia das estruturas viárias não tem aqui campo de actuação, excepto em casos muito particulares de estratigrafias datáveis ou de caminhos associados a povoamentos coevos posteriormente abandonados, situações desconhecidas no presente território de estudo.

Mesmo que existissem esses vestígios, convenientemente datados, tal como sucede por vezes para as vias romanas, eles não seriam suficientes, devido ao carácter aleatório e pontual da sua sobrevivência fóssil, que levanta questões suplementares sobre o seu abandono precoce, dado o padrão geral da reutilização milenária dos eixos mais importantes, pelo menos até meados do séc. XVIII.

As fontes corográficas árabes medievais também não servem para reconstituir a rede viária então existente na nossa zona de estudo. De um modo geral elas não descrevem estradas mas apenas a topologia das principais ligações geopolíticas entre os lugares centrais mais notáveis da época em que foram escritas.

As distâncias nelas indicadas, independentemente dos seus erros, traduzem uma topografia de poder e de articulação territorial, que só indirectamente terá a ver com a rede de caminhos existentes. O único itinerário do Algarve que chegou até nós (em três versões, duas de Idrîsî e uma de al-Maghribi¹¹) é um roteiro naval pelos portos do Sudoeste, que não se pode relacionar com nenhum sistema viário terrestre.

Algumas escassas fontes medievais indicam, directa ou implicitamente, trajectos concretos que se podem decalcar em topografias posteriores, revelando os percursos efectivos de estradas coevas. É o caso de passagens bem conhecidas da "Crónica da Conquista do Algarve", que, no nosso território de estudo entre São Brás de Alportel e Silves, refere a existência de uma estrada entre Loulé e Desbarato, que passaria implicitamente por São Brás¹².

Corografia histórica

Sendo a parte fóssil (arqueológica) da rede viária antiga insignificante, as reconstituições fundamentam-se essencialmente na parte que se manteve a uso em épocas posteriores, sob a forma de estradas mais modernas sobrepostas ou de caminhos milenários em que as vias antigas se tornaram ou ainda de vestígios topográficos da decomposição e fossilização posterior desses caminhos.

A esse *palimpsesto* de sobreposições viárias associa-se outro palimpsesto de vestígios corográficos coevos das ocupações territoriais sucessivas: povoamento, exploração de recursos, sítios simbólicos e nomes de lugar.

¹¹ Ibn Said al-Maghribi: *Kitâb bast al-ard fi-l-tûl wa-l-ard* in REI (2005) e Idrisi, IV.1

¹² AGOSTINHO (1792): 244-245

A atribuição de uma cronologia de uso, geralmente pouco precisa, de um troço viário milenário realiza-se pela associação espacial dos elementos corográficos melhor datados: sítios e estruturas arqueologicamente atestadas, topónimos específicos de fases histórico-linguísticas, determinadas dedicações religiosas e certas zonas alagadas, costeiras ou pertencentes a bacias fluviais e lagunares.

Reconstituir uma rede viária é assim inseparável da reconstituição da corografia que lhe é contemporânea, sendo impossível produzir uma carta da rede viária de uma época sem produzir, implícita ou explicitamente, uma carta da ocupação territorial e dos aspectos mutáveis da geomorfologia dessa época¹³.

Reconstituição geopolítica

As fases da história viária correspondem a períodos de constituição e utilização de redes determinadas, resultantes empíricas de modelos geopolíticos de ocupação e organização do território e dos seus desenvolvimentos orgânicos posteriores.

Modelo geral

No largo período histórico das formações estatais pré-industriais, assentes em sistemas produtivos agro-primários e em formações sociais articuladas com modos de produção tributários¹⁴ (genericamente desde o séc. III a.C. a finais do séc. XVIII), é possível estabelecer um modelo geral de hierarquia territorial das redes viárias, com três níveis:

I. Eixos supra regionais ou supra "municipais".

Eixos geopolíticos que articulam a região com os centros de poder hegemónicos do momento. Constituem vias de poder militar, administrativo e tributário, vias de escoamento de recursos económicos apropriáveis, vias de guerra e de fronteira.

II. Rede intermunicipal

O segundo nível define a malha de equilíbrios geopolíticos do momento, entre os lugares centrais autónomos da região (centros urbanos dotados de autonomia política ou administrativa e de uma base territorial) e a sua apropriação do território. Esta rede define:

¹³ Os fundamentos de uma metodologia de reconstituição estão descritos em FRAGA DA SILVA (2002): 117-129

¹⁴ Conceitos, discussão e bibliografia em BAKKER (1988) e GAILEY e PATTERSON (1988)

- A hierarquia de capitalidades inter-regionais, quando um dos lugares centrais desempenha o papel de capital regional
- A rede de ligação entre lugares centrais inter pares, territorialmente contíguos
- A ligação entre lugares centrais e centros especializados de interface de tráfego (designadamente, portos fluviais e marítimos)

III. Rede local

O terceiro nível define a malha de ocupação rural dos territórios urbanos e periféricos

- Rede radial da esfera territorial dos lugares centrais, ligando estes aos lugares secundários e fronteiriços
- Hierarquias sub-municipais (redes radiais das esferas territoriais dos lugares secundários)
- Malha de ocupação intersticial (redes de ligação rural e de delimitação fundiária)

A rede geopolítica islâmica do Sul do *Gharb*

Evolução técnica

O trânsito medieval islâmico (e na realidade de épocas posteriores, até ao séc. XVII) no Sul do *Gharb* assentava fundamentalmente nos transportes a *dorso-de-besta*, por animais ferrados. A tracção animal de carros era virtualmente inexistente fora dos perímetros agrícolas dos centros urbanos e a rede viária reflectia cabalmente esta realidade: uma parte muito substancial da rede principal utilizava ainda as velhas estradas romanas e os novos caminhos abertos fora dos novos perímetros suburbanos tinham um desenvolvimento essencialmente orgânico, reforçado pontualmente por trabalhos de pavimentação e construção de pontes ou reconstrução de estruturas romanas arruinadas.

As antigas vias romanas, que necessitavam de uma manutenção edilícia permanente e dispendiosa, foram naturalmente as primeiras a ser abandonadas em lugares afastados de centros urbanos principais. É o caso de passagens fluviais, de vias ribeirinhas periodicamente inundadas (nomeadamente a do Guadiana, a Sul de Alcoutim) e de corredores montanhosos em ladeira, sujeitos a erosão pluvial acentuada. A destruição de troços limitados gerou frequentemente a criação de percursos alternativos orgânicos, consolidados em períodos de apogeu edilício posterior.

Para além de uma diminuição substancial da parte do excedente social dedicado à edilícia viária, as novas necessidades de transporte modificaram as características técnicas das infra-estruturas relativamente à época romana: a questão fundamental deixou de ser a criação e manutenção de declives e pavimentos carroçáveis, de maior tecnologia e capazes de trânsitos rápidos, para passar a ser a travessia de linhas de água nas diferentes estações e a existência de pavimentos suficientemente rígidos para permitir a passagem de animais ferrados, evitando simultaneamente os lajeados antigos, pouco apropriados a este tipo de transporte sem a manutenção permanente de uma camada de cobertura elástica.

Ter-se-á verificado assim uma progressiva despavimentação de calçadas antigas (que prosseguiu até ao séc. XIX em vias não carroçáveis!), devido à acção do tempo e à sua inapropriação para os tipos de trânsito dominantes, muito parcialmente compensada pela criação de novos tipos de calçada de baixa tecnologia, adaptadas a troços específicos de ladeiras e, sobretudo, de terrenos alagáveis e movediços.

Infelizmente, a história concreta destas transformações seculares no Algarve permanece virtualmente desconhecida.

Séc. VIII-XI

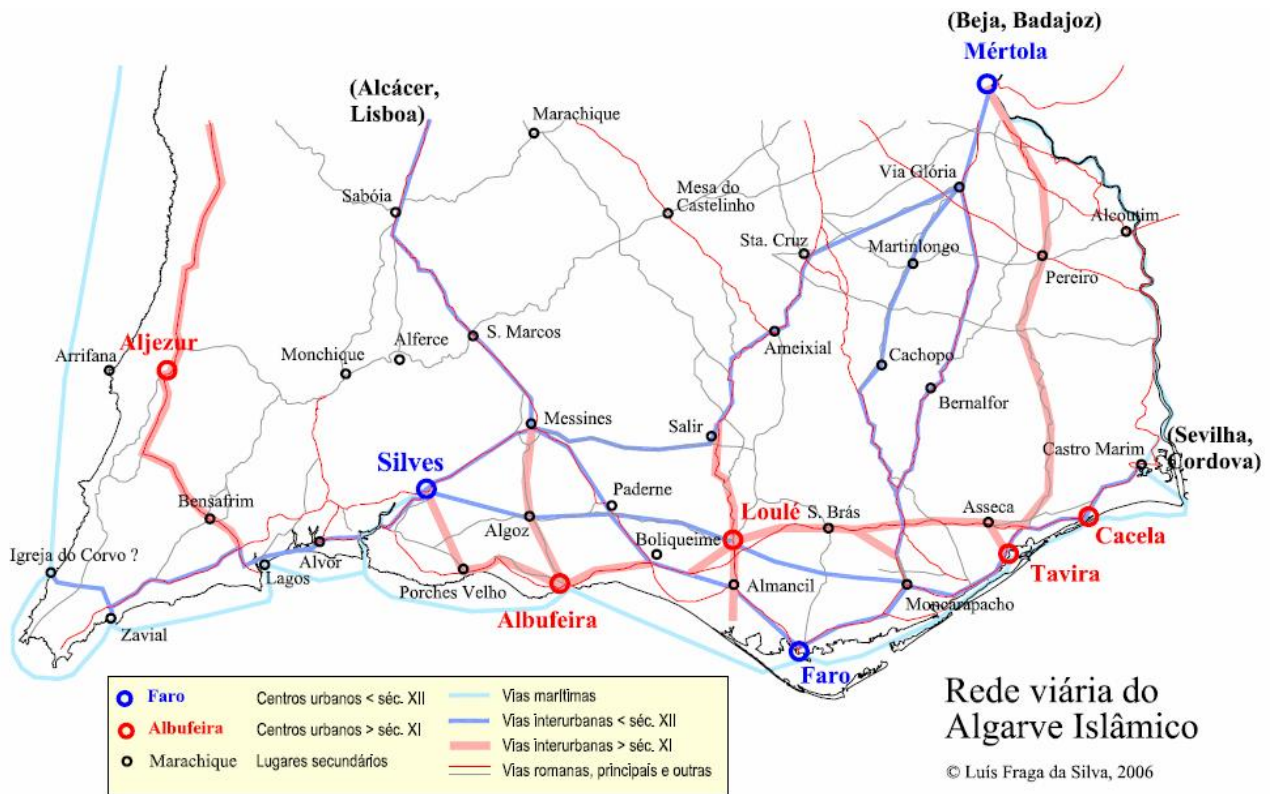
Até finais do séc. XI o polígono geopolítico do Sul do *Gharb* articulava-se entre Silves, Faro e Mértola, entre estes núcleos e as cidades das regiões vizinhas e, sobretudo, com os centros de poder político de Sevilha, Córdoba e Badajoz.

A rede viária resultante reutilizava a maior parte dos eixos romanos pré-existentes e a capitalidade de Silves acrescentou o desenvolvimento de um eixo directo com o Oriente, sobre caminhos romanos secundários e troços criados de novo, curto-circuitando a passagem por *Oksunuba/Xantamaria*.

O quadro da rede viária desenvolvida ao longo da dominação romana é resultante de um nosso projecto de investigação, iniciado em 2000 e que prossegue ainda hoje. Publicámos etapas de síntese sob forma cartográfica em 2002, 2004 e 2005¹⁵ e a base romana do **mapa 1** corresponde à versão mais recente desse trabalho.

Esta rede romana, madura e muito eficaz do ponto de vista das comunicações regionais, manter-se-ia sem alterações conhecidas entre os sécs. V e X, sofrendo apenas da desagregação

¹⁵ FRAGA DA SILVA (2002): 135; (2004b): <http://www.arqueotavira.com/balsa/Balsa-Sul-Lusitania.pdf>; (2005a): <http://www.arqueotavira.com/balsa/tavira/Mapa-Dr.pdf>



Mapa 1 - Rede viária islâmica fundamental, obtida pelo ajustamento dos nodos geopolíticos do poder islâmico à rede viária romana previamente existente

do tempo, que terá tido, graças à sua qualidade, menores consequências nos primeiros séculos de abandono e falta de manutenção edilícia.

Séc. XII-XIII

A partir do séc. XII, com o desenvolvimento dos centros urbanos de Aljezur, Albufeira, Cacela e, sobretudo, Tavira e Loulé, a rede viária complexifica-se com os eixos radiantes destes novos pólos geopolíticos. Antigas vias romanas secundárias e estradas recém-abertas assumem uma nova importância e a matriz viária resultante manter-se-á virtualmente estável até ao séc. XVI¹⁶.

¹⁶ As primeiras alterações conhecidas dignas de nota, já do período medieval português, são a realocação de Porches e a consequente alteração da estrada entre Pera e Mexilhoeira da Carregação; a retracção do trânsito terrestre com a Espanha pelas velhas vias romanas, que praticamente se extinguem (nomeadamente as originadas em Mértola e em Alcoutim) e os novos acessos privilegiados para "Portugal", ou seja, para Lisboa e Évora (por Ameixial-Almodovar, Martinlongo/Giões-Castro Verde e São Marcos-Ourique), sendo duvidosa a datação do uso e a importância deste último.

Reconstituição geográfica

História viária posterior

O conhecimento das evoluções posteriores da rede viária até à 2ª metade do séc. XVIII é fundamental para articular as redes mais antigas com o primeiro registo topográfico fidedigno.

No caso do Sul de Portugal o período de *c.* 1650 a 1950 é crítico, pois corresponde à época em que se produziu a grande maioria das transformações ocorridas desde a Antiguidade. Infelizmente, o estudo viário deste período mais recente permanece ainda por fazer com o detalhe e rigor necessários, apesar da maior parte das suas fontes deverem existir nos diferentes acervos documentais relativos ao Algarve¹⁷.

Este défice de conhecimento é muito parcialmente colmatado com informações documentais dispersas, a partir do séc. XVI. Essas escassas referências são, porém, complementadas pela corografia toponímica, pela história regional do povoamento pós-medieval e pelo estudo analítico da matriz viária milenária, abordada mais adiante.

A fase geográfica do processo de reconstituição baseia-se na eliminação dos níveis de marcas territoriais mais recentes e superficiais, camada a camada, tentando recuperar a informação geográfica dos níveis anteriores.

A metodologia consiste na definição e identificação, para cada época de estudo, dos condicionamentos geográficos, técnicos e económicos do território dessa época, correspondentes a soluções viárias específicas, quanto ao traçado e quanto ao uso:

- Marcas topográficas fósseis correspondentes a técnicas construtivas ou a topologias de ocupação do território (historicamente determinadas em certos casos pelas suas formas e dimensões específicas).
- Economia e etnografia do geo-condicionamento, continuidade e reocupação de elementos corográficos da época de estudo até finais do séc. XIX, com destaque para os sistemas de povoamento e da malha viária e para as actividades geo-condicionadas e espacialmente auto-correlacionadas.
- Aspectos da História local com impacto corográfico e, sobretudo, viário.

¹⁷ Neste sentido, o livro de ROSA SANTOS (1995) é emblemático pela sua utilidade e como exemplo a seguir pelos historiadores regionais. Graças a ele pudémos datar rigorosamente as estradas mais importantes da zona de Faro, construídas ou renovadas de raiz após 1850.

Principais fontes regionais

SL - Roteiro viário e Mapa de Baptista Lopes

A cartografia viária regional (sobretudo a partir de finais do séc. XVIII), permite, após as necessárias correcções topográficas, reconstituir os percursos mais utilizados antes da grande revolução viária moderna, iniciada em meados do séc. XIX com o Liberalismo.

Tem aqui um papel fundamental o extraordinário trabalho geográfico de José Baptista da Silva Lopes, com o seu Roteiro Viário (parte da sua *Corografia*, publicada em 1841)¹⁸ e o seu *Mapa Corográfico do Reino do Algarve*, publicado em 1842¹⁹.

O *Roteiro* corresponde a uma época anterior à da sua publicação, descrevendo uma realidade viária anterior ao Vintismo, marcada nos seus anos finais pela notável actividade edilícia do bispo do Algarve, Francisco Gomes do Avelar.

As obras viárias mais importantes então realizadas foram decisivas para a efectivação do projecto pombalino de um eixo longitudinal de transportes carroçáveis entre Lagos e o Guadiana (a futura EN 125). Delas constam: pontes na ribeira de Odiáxere (1 arco), ribeira de Arão (dois arcos), ribeira do Farelo (2 arcos), calçada sobrelevada no Sapal de Portimão, de acesso à barca na margem direita (1815), ponte na ribeira de Marim (1817), ponte na ribeira de Marchil, ponte na ribeira do Ludo (1810), ponte na ribeira de Cacela (1810), passadeiras na ribeira de Cadavai, calçadinha de São Brás de Alportel (após 1809) e projecto das pontes nos esteiros da Carrasqueira e Lezíria (Vila Real de Santo António), que seriam efectivados apenas várias décadas mais tarde²⁰.

Se excluirmos estes desenvolvimentos, importantes mas pontuais, e os sinais da decadência pós-Pombalina e das Invasões Francesas, manifestos em diversas passagens do *Roteiro*, este remete-nos para uma realidade de meados do séc. XVIII, em que a maior parte do trânsito é pecuário ou ainda realizado a *dorso-de-besta*. Neste sentido, o *Roteiro* completa-se com os esquemáticos mapas militares da Guerra Peninsular, o mais importante dos quais é o de Torfino de San Miguel, de finais do séc. XVIII²¹.

¹⁸ "Roteiro terrestre das terras do Algarve entre si e para Lisboa e Alentejo", capítulo VII de LOPES (1841): 474-512

¹⁹ FRAGA DA SILVA (2005b)

²⁰ A estas obras juntam-se a construção e reedificação de fortificações na zona fronteiriça do Guadiana: baterias do Cabeço, do Monte Gordo, da Ponta da Areia, do Medo Alto, do Pinho, da Carrasqueira, do Registo e Rocha do Zambujal, e os fortes de S. João e S. Sebastião. (OLIVEIRA 1902)

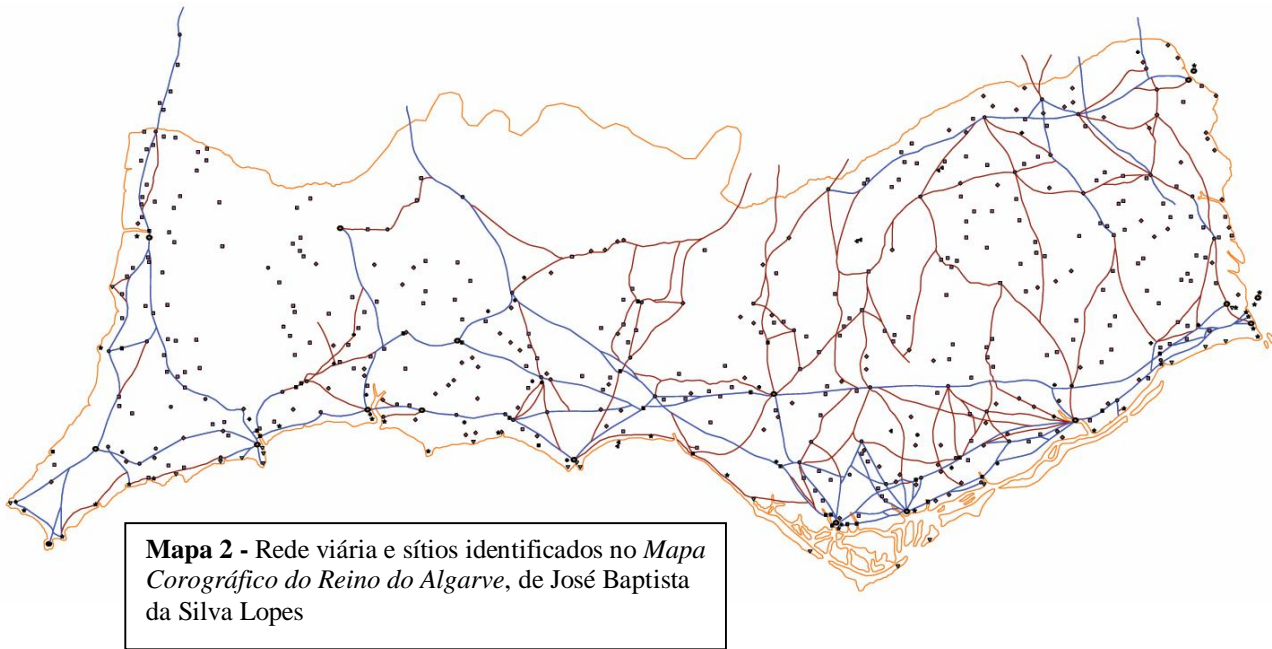
²¹ Vincente Torfino de San Miguel, *New military map of Spain & Portugal*, < 1795. Ver este mapa e a colecção dos mapas desta época (sobretudo ingleses) no *site* do Campo Arqueológico de Tavira: <http://www.arqueotavira.com/Mapas/index.html>

Este último mapa define as vias de comunicação principais ou de interesse estratégico, com destaque para a primeira representação útil da rede viária de ligação do Alentejo ao Algarve. A **tabela A** compila os elementos do *Roteiro* utilizados para definir e implantar traçados viários anteriores às grandes obras do Liberalismo:

Tabela A- Partes do *Roteiro* de Baptista Lopes referentes à zona de estudo

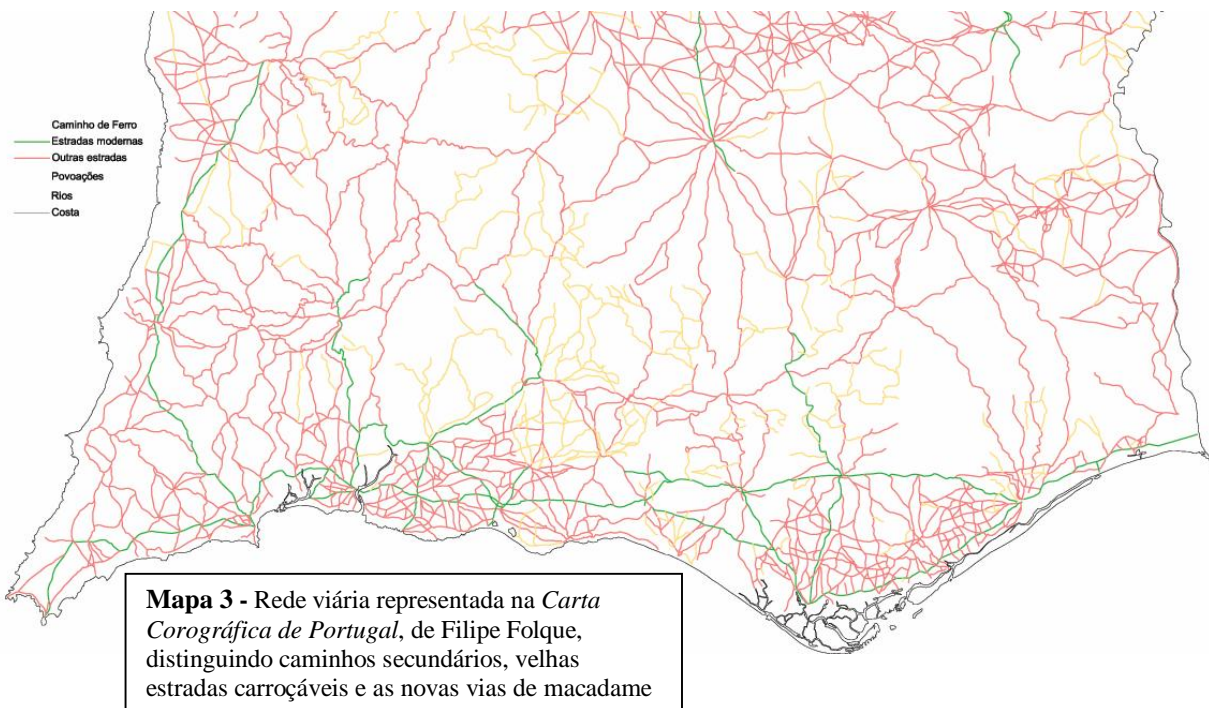
Itinerário	Descrição
1	Loulé encontra logo na Campina duas estradas deixa a da esquerda para Albufeira (3 L) segue a da direita passando pelo poço a par de Boliquiteime passa a vau a ribeira de Paderne [de Quarteira] e vai à Nora segue a estrada pelo poço de Ferreiras
1 B	Nora Algoz ao sair da aldeia toma a estrada de frente direito à ermida de São Lourenço dos Palmeirais, que deixa à direita passa o ribeiro a vau e chega à Lameira
2	Algoz no sítio do Lamejo deixa o da esquerda para São Lourenço dos Palmeirais segue o da direita ao Monte da Légua Fragura Silves
2 A	[ponte] da Matoza a [ponte] da Vala seguindo a Silves
5	Algoz toma o caminho da direita, e logo depois volta sobre a esquerda para a ribeira da Mesquita passa a vau e sobe ao Monte da Légua Fragura [prossegue pelo itinerário nº 2]
16	deixa o da direita para Paderne (1/2 L) [a nascente de Algoz] encontra a 1/2 légua dois caminhos
22	Quinta do Paço deixa à esquerda o caminho para Algoz
23	Val do Judeu nas várzeas da Campina de Baixo passa uma pequena ponte e segue a Loulé
27	Loulé segue à Torre d'Apra São Brás

O *Mapa Corográfico*, baseado num levantamento cartográfico militar de 1823, apresenta, por sua vez, a primeira visão completa e rigorosa da rede viária anterior à Guerra Civil, retendo, relativamente ao *Roteiro*, apenas os caminhos modernizáveis ou localmente importantes, eliminando algumas velhas estradas milenárias não carroçáveis. Acrescenta, porém, numerosas ligações viárias secundárias que até aí não estavam documentadas, constituindo um documento incontornável da história territorial e viária do Algarve (**mapa 2**).



FF - Cartas corográficas de Filipe Folque e Augusto Pery

A cartografia do Liberalismo, de finais do séc. XIX (Filipe Folque²² e Augusto Pery²³) revela já a maioria das construções viária modernas, que permaneceram até à década de 60 e 70 do séc. XX. Sem interesse para a reconstituição viária de épocas mais antigas, elas são porém da maior importância para filtrar cronologicamente as inovações dessa época (1850-1893) na cartografia de referência mais moderna, fonte de muitos anacronismos em estudos viários



²² Filipe Folque 1857-93: FRAGA DA SILVA (2004a)

²³ Gerardo Pery: *Carta Agrícola e Corográfica de Portugal* 1890-1905. Apenas algumas folhas publicadas.

recentes.

É também a primeira a representar a rede intersticial e milenária dos caminhos rurais mais importantes, grande parte dos quais relacionável com épocas geo-administrativas muito anteriores (**mapa 3**).

Esta rede permite reconstituir numerosos eixos fósseis, parcialmente desaparecidos ou indiferenciados na Carta Militar, correspondentes a abandonos provocados pela apropriação agrária e pelas importantes alterações da rede de trânsito ocorridas na 1ª metade do séc. XX, devidas à generalização do tráfego motorizado. Revela, por exemplo, a mais antiga e preservada versão da rede viária radial de Silves, num estado de decomposição avançado, que corresponderá certamente ao período de apogeu urbano da cidade, terminado antes da conquista portuguesa do Algarve.

CM - Carta militar de Portugal (folhas antigas)

A edição primitiva da Carta Militar de Portugal (CM), da década de 1950, é a primeira a representar vestígios fósseis ou em decomposição de redes viárias mais antigas, como parte de uma micro-rede de caminhos de pé-posto, muros e limites, para além de um rico e insubstituível repertório meso-toponímico. É também a primeira carta em grande escala que utiliza topografia de precisão²⁴.

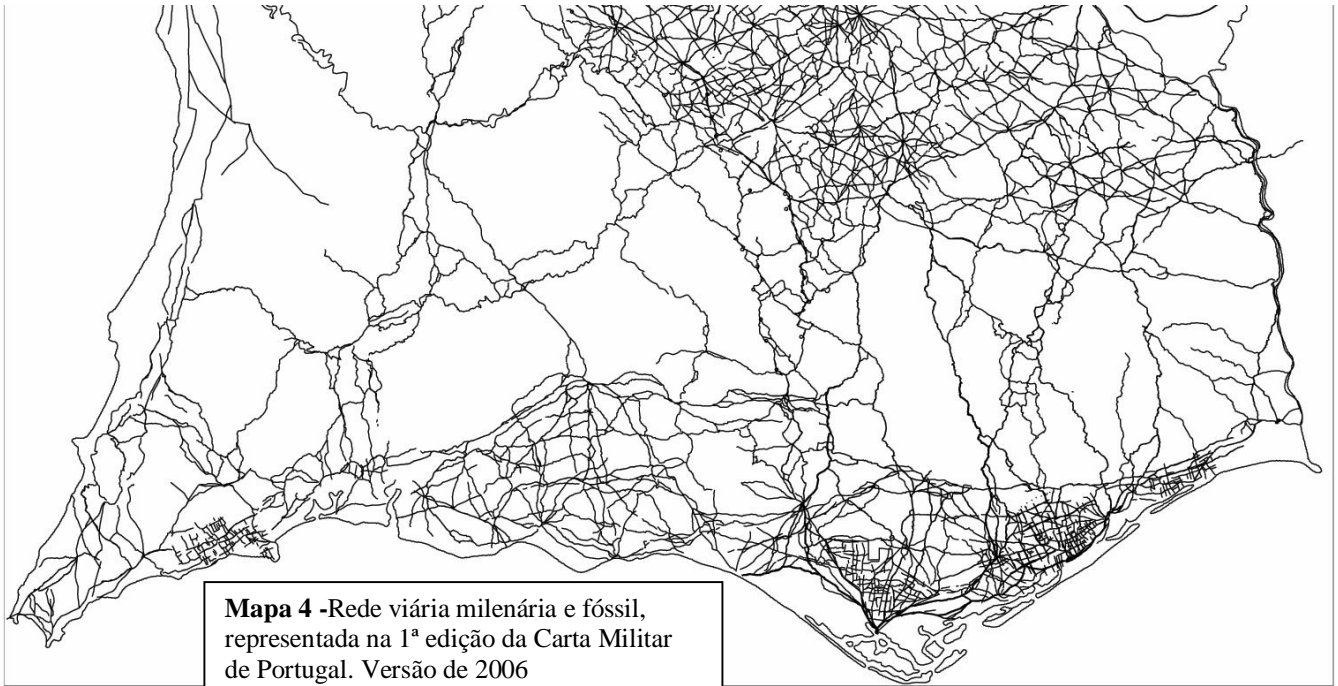
A edição primitiva possui um número muito substancial de topónimos significativos, desaparecidos nas edições posteriores, e revela ainda largos tractos territoriais intocados pela modernização iniciada pelo Liberalismo. Constitui assim a base principal de análise espacial e de implantação topográfica das reconstituições de redes viárias e ocupações humanas de épocas anteriores.

Matriz viária milenária

O **mapa 4** representa uma nossa versão actualizada da *matriz viária milenária* ou *pré-industrial*²⁵ do Sul de Portugal. Corresponde ao conjunto de vestígios viários, funcionais e fósseis representados na edição antiga da CM, seleccionados pelas suas características topológicas e geométricas.

²⁴ Com excepção da altimetria e da micro-rede hidrográfica, que só surge com rigor nas edições posteriores a 1970. A sobreposição das diferentes edições da Carta Militar constitui o nosso referencial de localização geográfica em todos os trabalhos de geografia histórica e arqueológica.

²⁵ Sobre a definição e utilização deste conceito na reconstituição da rede viária romana, ver FRAGA DA SILVA (2002): 127-8



Constitui um palimpsesto que sobrepõe as sobrevivências das redes viárias históricas desde a Época Romana até finais das Guerras Liberais, excluindo as novas estradas abertas a partir da 2ª metade do séc. XVIII. Não inclui eixos antigos cobertos por estradas traçadas a partir deste último período.

Elementos da rede viária islâmica

Com base nas fontes modernas (1670-1952), em que se destacam as acima descritas, a **tabela B** sintetiza os elementos cartográficos utilizados na reconstituição da rede viária islâmica:

Tabela B - Elementos seleccionados nas fontes cartográficas antigas

Data	Autor ²⁶	Escala	Rede viária	Topónimos
1670	Karel Allard Amsterdam		- Loulé, (Anteira a Sul), Silves	Almargens
1762	João Carpinetti Lisboa			Almargens Loulé Alfontes Paderne Silves
<1795	Torfino de San Miguel Madrid		- Almargens, Loulé, (Alfontes N.), Silves - Alte, Paderne, Lago[a], Silves	
1797	William Faden		- S. Pedro, Paderne, Lagoa, Silves	
1829	Sidney Hall		- Almargens, Loulé, (Alfontes N.), (Alcantarilha S.), Silves - Alte, Paderne, Silves	
1831	Society for the diffusion of useful knowledge		- Tavira, Loulé, Alfontes, Silves	
1841	João da Silva Lopes	-	Corografia: ver <i>Roteiro Viário</i> , mais acima	
1842	Lisboa	1:200,000	- Loulé, (Chibeira N.), (Apra S.), (Gralheira N.), (Arneiro S.), São Brás - N. da Ponte d'Alfarrobeira, (São Faustino N.), (Monteiro S.), (Moinho de Alfeição N.), (Sra. da Piedade N.), Loulé - Silves, Montes Grandes, (Mesquita N), Algoz - Algoz, Paço, (Figueiras N.), Ponte de Quarteira, Boliqueime, (Vale Covo N.), (Vale Judeu N.), (João Preto S.), Loulé	
fl. 36- 1884 fl 37.- 1893	Filipe Folque Lisboa	1:100,000	- Mudeira, Morgado da Lameira Eliminação dos novos traçados: - São Brás a Loulé - Loulé a Boliqueime - Estrada Real (EN 125)	

Nota: Os lugares entre () são representados na vizinhança do eixo viário (a Norte: N. ou a Sul: S.), por distinção com os restantes, que são representados sobre o eixo viário.

Foram identificados dois percursos principais:

Percurso Norte

- O percurso Silves-Algoz Sul corresponde ao mapa de SL e ao itinerário 1B de Algoz a Lameira e 2A da Matosa a Silves) e de FF
Reconstitui-se o caminho directo primitivo entre Lameira e Poço Barreto (< 1800 m), traçado em FF mas já desaparecido na CM 1950
- O percurso Silves-Algoz Norte reconstitui-se na CM (2 itinerários alternativos intermédios) sobre os itinerários de SL (2 e 5, de Algoz a Silves)
- De Algoz até a ribeira de Algibre-Quarteira reconstitui-se na CM o traçado de FF, não representado no mapa de SL
- De Fonte de Paderne a Vale Loulé (2530 m) o percurso interpola-se com os caminhos da CM, sem dificuldade
- De Vale Loulé a Loulé reconstitui-se na CM o traçado do mapa de SL
- De Loulé a SB usa-se a reconstituição da via romana em FRAGA DA SILVA (2002), baseada parcialmente na rede rural de FF (O mapa de SL e o Itinerário 27 do *Roteiro*, de Loulé a S. Brás, não têm definição suficiente). A estrada antiga corria a Sul da actual, desde a Calçada até Vilarinhos e daí em diante a Norte, por São Romão, Poço Largo e Aldeia dos Ratos. Evitava a travessia da ribeira do Morgado, seguindo por Apra e pelo caminho velho das Barreiras Brancas até Loulé.

²⁶ Informação compilada de <http://www.arqueotavira.com/Mapas/index.html>

A estrada actual com o seu pavimento sobreelevado e respectivos taludes do lado Sul é uma obra do Liberalismo (a Fonte dos Vilarinhos, refeita nesta época no lado Sul da estrada, tem uma data inicial de 1869).

Percurso Sul

- De Loulé a Boliqeime (Poço) reconstitui-se na CM o traçado de SL (mapa e implantação dos roteiros 1 de Loulé a Boliqeime e 23 de Vale Judeu a Loulé) e interpolou-se uma via paralela mais a Norte na CM
- De Boliqeime a Algoz (ao entroncamento da Horta da Saudade, a 1830 m de Algoz) reconstitui-se na CM o traçado de SL (mapa e implantação dos roteiros 1 até Ferreiras e 22 até Algoz), pelo Povo Velho de Boliqeime, atravessando a ribeira de Quarteira no vau onde, em inícios do séc. XIX, o Bispo Gomes do Avelar mandou construir passadeiras

Os percursos identificados foram implantados na matriz viária milenária da CM. O resultado está representado no mapa itinerário e toponímico que acompanha a 5ª parte desta comunicação (**mapa 5**, dividido em quatro páginas).

Rede viária e ocupação humana

Como já anteriormente afirmámos, a relação entre redes viárias e ocupação humana do território histórico é indissociável. A formação de redes viárias constitui uma das manifestações geográficas mais expressivas dessa ocupação. Elas são também uma das marcas mais persistentes de ocupações passadas, quando não encobertas ou substituídas por outras, mais densas e recentes.

A corografia viária reflecte verbal e graficamente essa associação, de um modo tradicionalmente muito rico. Esta riqueza corográfica é proporcional à diversidade das morfologias das passagens, à diferenciação estrutural e funcional das estradas e à complexidade do domínio de actividades humanas a elas associadas.

A esfera dos transportes e meios de comunicações associa-se ainda a um complexo de ocupações humanas mais vasto, que têm como característica a sua relação topográfica e funcional com eixos viários e seus pontos notáveis.

A corografia própria de cada época exprime-se por vocabulários corográficos específicos, que se reflectem na toponímia histórica de cada território linguístico.

A **tabela C** apresenta um quadro semântico geral da nomenclatura corográfica, ajustada ao Sul de Portugal e ao português "pré-industrial" (sécs. XIII a XIX).

As categorias aplicam-se, com algumas transformações especializadas, aos universos corográficos correspondentes dos mundos Romano e Islâmico, tópico que ultrapassa o âmbito deste trabalho:

Tabela C - Tipologia viária

Sítios de passagem	Eixo viário	Genérico	
		Classes de importância da estrada	
		Carroçável (ver <i>Transportes</i>)	
		Para trânsito animal (ver <i>Transportes</i>)	
	Cruzamento e entroncamento de caminhos		
	Lugar de passagem da estrada		
	Margem hidrográfica		
	Travessia hidrográfica		
	Travessias orográficas	Troço inclinado	
		Travessia de cume	
Travessia entre montes			
Destino			
Estruturas viárias	Eixo	Pavimento e base	
		Perfil transversal	Dimensão (largura)
			Elementos estruturais (marcação, suporte e escoamento)
		Perfil longitudinal	
	Forma planimétrica		
	Obras-de-arte	Travessias hidrográficas. Linhas de água e zonas alagadiças	
Outras travessias			
Sinalização	Marco		
Dispositivos de transporte	Em travessia fluvial		
	Em ladeira		
	Em troço especializado		
Actividades relacionadas com as estradas	Serviços prestados aos viajantes	Aguada	
		Restauração	
		Pernoita, Hospedagem	
	Transportes	Genérico	
		Pessoas	
		Animais	
		Mercadorias	
		Contrabando e tráfego especializado ou histórico	
	Comunicações	Correio	
	Comércio	Armazenagem	
		Estabelecimentos de venda	
		Mercados	
	Domínio estatal	Defesa	
		Postos fiscais (alfândegas, portagens, armazens tributários)	
		Policimento e controlo	
	Religião dos caminhos (autónoma ou associada a outras actividades)	Funerária	
		Aquática (medicinal)	
		Pecuária (aguada, transporte de animais, transumância)	
		Passagens simbólicas (cruzamentos e vaus)	
		Hospícios e albergarias religiosas	
Viagens e peregrinações (cultos associados a viagens)			
Pestes, Epidemias			
Outras			
Principais actividades e localizações geradoras de estradas	Lugar central		
	Fronteira		
	Via fluvial com sirga e apoio técnico		
	Minas e centros de extracção de matérias primas exportáveis		
	Centros de actividade transformadora e manufactureira		
	Portos. Interfaces de transporte terrestre e marítimo/fluvial		

As actividades humanas com expressão territorial, em que se incluem as da **tabela C**, identificam-se através de um léxico toponímico próprio.

A relação entre a actividade e esse léxico manifesta-se através de uma nomenclatura que exprime conteúdos semânticos de valor histórico e geográfico (**tabela D**).

Tabela D -Relação entre toponímia e actividades humanas de expressão territorial

Tipos semânticos	Tipos toponímicos
Lugar	Sítios, estabelecimentos
	Estruturas
	Transformações resultantes da actividade
Agentes associados à actividade	Profissões
	Etnias
	Estatutos
	Situações pessoais
	Grupos sócio-religiosos
Meios	Objectos, instrumentos
	Substâncias, materiais e matérias-primas
	Produtos e desperdícios da actividade
Acções	Operações
	Eventos
	Datas e períodos do calendário
Signos	Marcas, Gravuras
	Atributos e qualidades associados à actividade
Dedicações religiosas próprias (para actividades não religiosas)	Entidades
	Signos
	Propriedades sagradas
	Contextos identificadores

Seleccção do percurso

Apresentamos neste capítulo um conjunto de conjecturas informadas sobre os critérios de decisão que terão podido influenciar Ibn-Ammâr e outros viajantes do seu tempo na escolha de um percurso de viagem, em geral e entre São Brás e Silves.

Estas conjecturas fundamentam-se em comportamentos esperados de bom senso antropológico, ajustados à época em estudo e ao conhecimento geográfico do território da viagem.

Critérios de selecção

Os critérios gerais que podem presidir à selecção de um percurso de viagem em montada, em condições de paz civil e militar e de existência de um poder de Estado territorial consolidado (tal como podemos imaginar que sucedia no tempo da juventude de Ibn-Ammâr) são essencialmente os seguintes:

Estradas adequadas

Facilidade/esforço da viagem, medida sobretudo relativamente a travessias fluviais, declives do caminho e tipo de terreno e, tendo em conta, naturalmente, o percurso que exigisse menos esforço da montada e do viajante.

Na zona de estudo, a análise cartográfica informal não revelou pontos críticos ou difíceis para o transporte por montada, mesmo no troço mais montanhoso, entre Loulé e Alfontes.

É muito pouco provável que Ibn-Ammâr escolhesse os meses chuvosos para viajar, quando a maioria das ribeiras, de regime torrencial, não dão vau.

Segurança

Talvez o critério determinante, pois os transportes civis, sobretudo de viajantes isolados, nunca foram totalmente seguros até finais do séc. XIX. Mesmo em tempos de maior segurança, os viajantes deviam tomar cuidados especiais no planeamento e, sobretudo, durante a viagem. Os aspectos mais importantes da segurança eram:

Policimento

Civil e militar, revelava-se pela ausência de episódios de banditismo e pela presença de vigilantes e guarnições armadas ao longo das principais estradas, ligadas entre si por um sistema de correio e sinalização.

A manifestação corográfica desta realidade é a presença ou a memória de torres isoladas e de fortificações rurais, que se confundiam com o sistema de defesa urbana nas periferias das cidades.

Densidade de povoamento

Os percursos através de zonas mais povoadas, sobretudo em tempo de paz, seriam sempre mais seguros do que os por terrenos ermos.

Protecção religiosa

O conforto espiritual e, em certa medida, os tabús de violência em lugares religiosos tiveram uma enorme importância no planeamento e realização de viagens, associando-se frequentemente a visitas a santuários ilustres e à realização de votos diversos, entre eles o sucesso feliz da jornada.

Em termos gerais, um rosário estruturado de lugares de culto indicia um caminho organizado e seguro, percorrido habitualmente por viajantes.

Aprovisionamento

Embora fosse regra os viajantes transportarem os seus próprios mantimentos e os do seu animal em percursos curtos, os pontos de descanso e de aguada são condições indispensáveis em qualquer viagem, assim como os sítios de restauração e pernoita em trajectos mais longos. A provisão e segurança surgem habitualmente interligados:

Pontos de aguada para animais

Condição essencial neste tipo de transporte, sobretudo em estações mais quentes. Uma boa estrada terá pontos de aguada potável e abundante cada 3 ou 5 km.

Apoio aos viajantes

Existência de pontos especializados de restauração e de pernoita em meio rural.

Povoações com dimensão

Centros urbanos ou povoados importantes onde as estruturas de apoio aos viajantes tendem a concentrar-se e a oferecer uma maior diversidade de serviços.

Distância

Com velocidades de deslocação muito baixas (de 4 a 10 km por hora) e rígidas para cada meio de locomoção, a distância constituía um factor crítico no cálculo da duração das viagens. Apenas constrangimentos fortes (como a insegurança ou o corte de estradas por condições climatéricas) fariam decidir, em condições normais, por trajectos alternativos mais longos.

Lugares de passagem

Alguns dos critérios de selecção acima descritos correspondem a categorias corográficas, identificadoras de lugares de passagem de estradas do período islâmico (**tabela E**)



Tabela E






Categorias corográficas	Critérios de selecção do itinerário
Sítios nas fontes árabes (povoações importantes ou lugares de nota)	Povoados com dimensão
Sítios toponímicos <ul style="list-style-type: none"> • Estradas e estruturas viárias • Estruturas de apoio aos viajantes • Pontos de aguada • Estruturas defensivas • Lugares de culto • Povoamento árabe e moçárabe 	Estradas adequadas Apoio aos viajantes Pontos de aguada Policimento Protecção religiosa Densidade de povoamento

Os mapas da **tabela F** sintetizam o ajustamento geográfico realizado entre a rede viária reconstituída e os elementos corográficos, de índole histórica e toponímica, respectivamente abordados na 3ª e 5ª partes desta comunicação.

O ajustamento afere a cronologia dos percursos reconstituídos pela análise cartográfica através da datação histórico-linguística dos seus lugares de passagem e, simultaneamente, determina o percurso mais adequado segundo os critérios de selecção acima apresentados.

Tabela F - Ajustamento da corografia islâmica com a rede viária medieval reconstituída

<p>REDE GEOGRÁFICA Itinerários reconstituídos e estudados, com os principais lugares de passagem actuais Resumo do mapa itinerário e toponímico (mapa 5)</p>	 <p>— Itinerários analisados — Itinerário aparentemente óptimo</p>
<p>FONTES ÁRABES Povoações referidas nas fontes árabes medievais (ver a 3ª parte desta comunicação), revelando um ajustamento em "rosário linear" relativamente aos itinerários, prova de sincronismo histórico</p>	 <p>شلب Xilb SILVES الجوز Aljūz ALGOZ بنطرا Batirna PADERNE العلوية Al'ulyā LOULÉ برطلة Burtilla ALPORTEL SÃO BRÁS Xanbrax شبرين</p>

<p>ELEMENTOS VIÁRIOS</p> <p>Topónimos viários árabes ou definindo sítios de reutilização funcional.</p> <p>O ajustamento define claramente o percurso da principal estrada medieval islâmica entre Loulé e Silves, coincidente com o mapa anterior e correspondendo ao nosso "itinerário óptimo"</p>	 <p>● Topónimos viários ● Taberna, Venda</p>
<p>PONTOS DE AGUADA</p> <p>Topónimos de pontos de aguada, definindo claramente a existência de dois trajectos funcionais alternativos</p>	 <p>Fontes e Poços</p>
<p>ESTRUTURAS DEFENSIVAS</p> <p>Topónimos identificadores. O seu ajustamento aos percursos viários islâmicos (e não ajustamento ao posterior sistema defensivo português) revela terem como origem, na sua maioria, estruturas de policiamento viário e territorial dessa época.</p>	 <p>Torres, Atalaias e similares</p>
<p>LUGARES DE CULTO</p> <p>Topónimos religiosos e dedicações cristãs de tradição moçárabe, anteriores ou contemporâneas do domínio islâmico.</p>	 <p>● Cristão de tradição moçárabe ● Mesquita</p>
<p>POVOAÇÕES COEVAS</p> <p>Lugares de povoamento cuja origem é, pelo menos, contemporânea do domínio islâmico, podendo ser anterior no caso dos que revelam nomes moçárabes e híbridos.</p>	 <p>● Moçárabe ● Árabe ● Híbrido</p>

Análise comparativa das distâncias

A rede geográfica de percursos alternativos possíveis, representada no mapa, corresponde à árvore de trajectos elementares e respectivos comprimentos, em metros, representada na **tabela G**

Tabela G - Árvore de trajectos entre S. Brás e Silves e respectivos comprimentos

São Brás a Loulé		13,100					
Loulé a Algoz	Por Boliqueime	28,220					
	Por Alfontes	A Alfontes	Por Rocha de Momprolé	7,600			
			Por Alfeição	8,120			
	A Algoz	Por Fonte de Paderne	A Vale de Silves	10,850			
			A Algoz	Por Poço da Figueira	5,280		
			Por Tunes	5,270			
		Por Paderne	A Almeijoafas	Por Vale Murtal	6,200		
				Por Casas do Poço	6,140		
		A Guiné	4,760				
	A Algoz	Por Tunes	5,660				
	Por Penedo Gordo	5,730					
Algoz a Silves	Por Poço Barreto	13,930					
	Por Faxelhas	13,190					

As medições foram efectuadas na CM geo-referenciada, com um erro máximo estimado de 60 m. Desdobrando esta árvore de distâncias de modo a calcular todas as combinações possíveis de percursos, obtêm-se as **tabelas H1 e H2**

Tabela H1 - Desdobramento de distâncias (S. Brás-Algoz)

São Brás a Algoz	Km
Boliqueime	41,325
Rocha de Momprolé-Poço da Figueira	39,902
R. de Momprolé-Tunes	39,893
Alfeição-Poço da Figueira	40,423
Alfeição-Tunes	40,414
R. de Momprolé-Vale Murtal-Tunes	40,394
R. de Momprolé-Vale Murtal-Penedo Gordo	40,463
R. de Momprolé-Casas do Poço-Tunes	40,336
R. de Momprolé-C. do Poço-Penedo Gordo	40,405
Alfeição-Vale Murtal-Tunes	40,915

Alfeição-Vale Murtal-Penedo Gordo	40,984
Alfeição-Casas do Poço-Tunes	40,857
Alfeição-Casas do Poço-Penedo Gordo	40,926

Tabela H2 - Desdobramento de distâncias (Algoz-Silves)

São Brás a Algoz por	Algoz a Silves por	
	Poço Barreto	Faxelhas
R. de Momprolé-Tunes	53,825	53,087
Boliqueime	55,257	54,519

Verifica-se assim que a distância de São Brás a Silves, pelos itinerários da rede viária reconstituída do período islâmico, varia entre 53 e 55 km. O itinerário considerado óptimo pelos restantes critérios de selecção corresponde ao mais curto.

Viabilidade da jornada

Uma vez que as distâncias pelos diferentes itinerários são muito semelhantes, consideramos a média de ambos, ou seja 54 km, no cálculo da viabilidade da jornada.

Ibn-Ammâr era então um jovem adolescente (provavelmente com cerca de 15 anos ou um pouco mais), gozando seguramente de uma excelente saúde e com todas as condições de resistência ao esforço da viagem.

Por outro lado, a sua montada (quase certamente um muar) seria provavelmente o seu bem material mais precioso, tendo em conta a sua modestíssima origem familiar. Será de esperar assim um cuidado muito especial com o bem-estar do animal, poupando-o a todos os esforços desnecessários, à custa de uma maior duração da viagem.

Esta hipótese parece confirmar-se pela sua primordial preocupação com a alimentação do animal, revelada no episódio da sua chegada a Silves.

A **tabela I** sintetiza os parâmetros empíricos de cálculo da duração da jornada, considerando-se um cenário correspondente de poupança cuidadosa da montada, com longas e numerosas paragens, associado a uma velocidade de deslocação própria de um terreno sem condicionantes especiais.

Tabela I - Parâmetros da jornada

Distância	54 km
adulto a pé = 4 km / hora	13.5 horas
jovem a pé = 6 km / hora	9 horas
mula = 8 a 10 km / hora (média 9)	6 horas
Hora de partida:	5-7 da madrugada
Descansos	2 horas
(Paragens de hora a hora, cada 9 km ou 2 léguas: 6 paragens de 20 minutos cada)	
Duração total da viagem	8 horas
Hora de chegada	1 a 3 horas da tarde

Desta reconstituição do itinerário mais provável de Ibn-Ammâr, podem-se retirar duas conclusões principais:

- A viagem de São Brás a Silves é perfeitamente viável numa única jornada, em condições bastante conservadoras de manutenção da montada e do viajante.

- A viagem terá terminado pelo início da tarde, hora compatível com os eventos da narrativa literária da sua chegada a Silves, descrita na 2ª parte desta comunicação.

5. A toponímia do percurso [AF]

Introdução

O estudo toponímico que aqui se apresenta incide sobre os topónimos que testemunham a cronologia da rede viária compatível com a viagem de Ibn Ammâr. Consideram-se, assim, os nomes de lugar existentes em época islâmica e os fixados imediatamente após a conquista portuguesa que lhe dão continuidade funcional.

Os topónimos existentes na época islâmica não são necessariamente de origem árabe. Alguns radicam em nomes pré-latinos, outros, a maioria dos aqui tratados, são de origem latina. Estes últimos podem ter sido formados em períodos anteriores – nas épocas romana ou tardo-antiga – ou consistirem em criações toponímicas moçárabes, ou seja, atribuíveis ao romance neo-latino falado pelas populações locais submetidas ao domínio muçulmano, mas não assimiladas. Essa língua, descendente directa do latim arcaizante da Bética e em fase inicial de constituição histórica aquando da conquista islâmica, coexistiu com o árabe até o final do califado em situação de diglossia: a língua dominada, o moçárabe, era a variedade vernácula, relegada ao uso familiar e rural; a dominante, o árabe, era a língua de cultura, aquela que se utilizava na administração territorial e através da qual se conservava o património escrito no *al-Andalus* (Corriente, 2003², 23).

Os topónimos de origem latina formados nesta época têm características particulares, resultantes de tendências evolutivas próprias do romance moçárabe e do contexto sociolinguístico em que se manifestaram. É esse contexto que explica os conservadorismos, formas linguísticas que fossilizaram numa determinada etapa da sua evolução, travadas pelo crescente uso do árabe, e as soluções autóctones, justificadas pelo isolamento do moçárabe em relação ao romance setentrional.

Mas o bilinguismo condicionou tanto a evolução histórica do moçárabe como a do árabe andaluz. Uma das suas manifestações é a mistura de códigos. Na fase inicial de contacto das duas línguas, o hibridismo revela-se na aglutinação do artigo árabe à palavra romance, como marca da crioulização incipiente. Mais tardia, e provavelmente devida aos muladis²⁷, será a adição de sufixos flexionais e derivacionais românicos às

²⁷ Os muladis (*muwalladim*) eram os hispano-godos arabizados. Tiveram o mesmo estatuto dos árabes provenientes da Arábia, de quem tomaram os costumes, os trajes, os nomes, a religião e a língua.

palavras árabes, de que uma boa parte foi integrada no sistema morfológico do árabe andaluz (Cf. Corriente, *Ibidem*, 51).

Do mesmo período é a adaptação formal e semântica de topónimos latinos, mas também pré-latinos, à língua árabe. Essa adaptação expressa a importância territorial, anterior ou adquirida nessa época, dos lugares em causa e cujos nomes arabizados subsistiram até a actualidade.

Os topónimos de origem linguística árabe, por sua vez, apresentam também eles características particulares, diferentes das do árabe antigo e do próprio neo-árabe. Essa diferenciação tem origem, por um lado, na evolução e dialectalização do árabe andaluz, normalizado no século X, e, por outro, no seu aportuguesamento posterior.

A atestação destes topónimos em fontes islâmicas ou portuguesas medievais é rara. Não são, na sua maior parte, lugares com estatuto político-administrativo ou relevância geográfica que justifiquem a sua menção documental. Trata-se de topónimos viários, relativos à denominação dos caminhos, ou de topónimos de vizinhança, isto é, de lugares indicadores de percurso cuja designação, dispondo-se da chave interpretativa, revela a respectiva função: defensiva, religiosa, de aguada, aprovisionamento ou apoio ao viajante e assentamento rural.

A reconstituição etimológica dos topónimos que carecem de formas intermediárias nem sempre é conclusiva. Com a conquista e colonização interna portuguesas, o galego-português difunde-se na região. O uso residual do moçárabe perde-se definitivamente em favor da língua românica dominante e o árabe confina-se ao mundo rural dos mudéjares (ou seja, dos mouros forros) até as circunstâncias históricas o extinguirem. São muitos os arabismos incorporados no léxico do português. Alguns nesta época, outros ainda durante o domínio islâmico. No entanto, há topónimos árabes e arabizados que radicam em nomes comuns ou pessoais que os colonos desconhecem e as contaminações devidas à sua pronúncia e interpretação favorecem alterações e etimologias populares. Esses nomes de lugar tornam-se opacos, deixando as formas e os significados originais de ser reconhecíveis.

Em contrapartida, muitos dos vocábulos galego-portugueses e moçárabes pertencem ao fundo patrimonial do latim vulgar hispânico. E, quando essas bases têm continuidade nos dois romances, os seus resultados históricos podem ser idênticos, por terem estado sujeitos às mesmas mudanças linguísticas. Mas, por vezes, mesmo com resultados divergentes, a forma toponímica actual é a de feição galego-portuguesa, onde, em

virtude das circunstâncias históricas que geraram o lugar, se esperaria encontrar a moçárabe. Este processo de substituição de formas toponímicas, arcaicas ou dialectais, documenta-se nas fontes escritas desde os finais da época medieval até à actualidade. Em qualquer dos casos referidos, a cronologia dos topónimos é impossível de precisar sem as atestações correspondentes, a menos que elementos subsidiários da geografia, história, etnografia e arqueologia locais a fundamentem.

De qualquer modo, a escolha de um nome para um lugar não depende unicamente das possibilidades lexicais oferecidas por uma língua (ou por uma das suas variedades) numa dada época. Essa escolha é ainda determinada pelo contexto situacional em que o lugar se enquadra, pelo que a motivação da criação toponímica implica não só o referente, ou seja, o elemento externo que dá azo à denominação, mas também as circunstâncias históricas e sociais que geram o lugar denominado. É neste sentido que os topónimos identificam parcelas do território.

Decorrentes destes pressupostos, as etimologias aqui propostas assentam na reconstituição da história interna e externa dos nomes de lugar.

A história interna é reconstruída com base nas relações formais e semânticas estabelecidas pelos processos de formação e evolução desses nomes. Compreende ainda os processos atribuíveis à sua adaptação à língua de contacto, quer essa adaptação consista na arabização dos topónimos quer na sua passagem do árabe ao romance.

As conjecturas sobre a filiação e cronologia dos topónimos são, sempre que disponíveis, sustentadas pela atestação de derivações etimológicas, primitivas ou mediatas. Essas atestações podem ser lexicais (nomes comuns documentados no léxico hispânico primitivo), arcaísmos dialectais ou mesmo toponímicos e pertencer a qualquer um dos domínios linguísticos ibero-românicos, dada a totalidade do território ter estado sujeita tanto ao domínio romano quanto ao islâmico.

A história externa baseia-se na reconstituição dos factores extra-linguísticos que motivaram as criações toponímicas. Para o efeito, são tidas em conta as características físicas do território e das suas formas de ocupação, nomeadamente, as que se referem ao povoamento anterior e coevo do domínio islâmico. As informações relativas a estes aspectos foram recolhidas em estudos de geografia histórica e arqueologia, já realizados ou em curso de realização. Com base nos dados disponibilizados por esses estudos, procura-se identificar as circunstâncias que originaram os lugares e as respectivas denominações.

A convergência dos dados da história interna e externa dos topónimos constitui a chave interpretativa, acima referida, do itinerário. Dessa chave resulta o estudo toponímico que se segue. As limitações de espaço desta publicação obrigaram, contudo, a restrições no número de topónimos nele incluídos, pelo que se seleccionaram apenas alguns dos mais representativos na ilustração do itinerário. Para o seu tratamento, optou-se pela elaboração de verbetes, ordenados pelo número de localização cartográfica do topónimo (V. Mapas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 - Itinerários e topónimos do percurso), que é identificado através da sua forma gráfica actual. Nesses verbetes, procura-se sintetizar os aspectos acima descritos nos seguintes campos:

Atestações. Para além das atestações conhecidas dos topónimos em causa e das respectivas formas intermediárias, incluem-se aqui as dos nomes comuns e topónimos de outras regiões andaluzas com a mesma filiação;

Etimologia. O étimo, cuja origem linguística se identifica previamente, é dado em caracteres espaçados, seguido do seu significado entre aspas simples sobrescritas. Quando o étimo proposto vem antecedido de asterisco significa que se trata de uma forma conjecturada, isto é, não atestada. O hífen que se segue aos étimos latinos representa a apócope da desinência do acusativo, caso regime de onde procedem, com raríssimas excepções, os nomes comuns românicos. Havendo diferentes propostas etimológicas, estas são ordenadas de acordo com a cronologia da sua publicação ou remetidas para consulta. A etimologia é reconstituída com base nos processos linguístico-históricos, caracterizados em função da língua em que se observam, e nos argumentos ou considerações suscitados pela interpretação do conjunto da informação relevante recolhida para cada um dos topónimos;

Comentário. Compreende a distinção entre nomes de lugares primários e secundários e eventuais considerações suscitadas pela interpretação da sua função toponímica;

Dados extra-linguísticos. Neste campo, fornecem-se as informações complementares disponíveis - geográficas, etnográficas, históricas ou arqueológicas -, consideradas pertinentes para a fundamentação externa das etimologias propostas;

Acepção e Cronologia. A acepção é a referencial, ou seja, a relativa à realidade extra-linguística designada pelo topónimo. Na cronologia, procura-se identificar o período histórico da fixação das formas toponímicas.

As abreviaturas usadas no estudo toponímico são as usuais em estudos de linguística histórica, a saber: ár. (árabe), ár. and. (árabe andaluz), ár. cl. (árabe clássico), aram.

(aramaico), br. (berbere), cast. (castelhano), dim. (diminutivo), fr. (francês), gal.-port. (galego-português), gót. (gótico), gr. (grego), lat. (latim, latino), lat. cl. (latim clássico), lat. vlg. (latim vulgar), moç. (moçárabe), neo-ár. (neo-árabe), port. méd. (português médio), suf. (sufixo), top. (topónimo). As representações fonológicas, fonéticas e gráficas são dadas, respectivamente, entre barras oblíquas, parênteses rectos e aspas simples. Estas últimas são utilizadas na representação das transliterações das grafias árabes, apenas quando necessárias à ilustração de algum fenómeno linguístico.

Estudo toponímico

1. São Brás

Atestações. Este hagiotopónimo está atestado como *qaryat Xannabūs* (sécs. XI-XIII). *Xannabūs* representa *Xanbaras*, i.e., *Xanbras* (Cf. Lopes, 1968, 107, 100, 131).

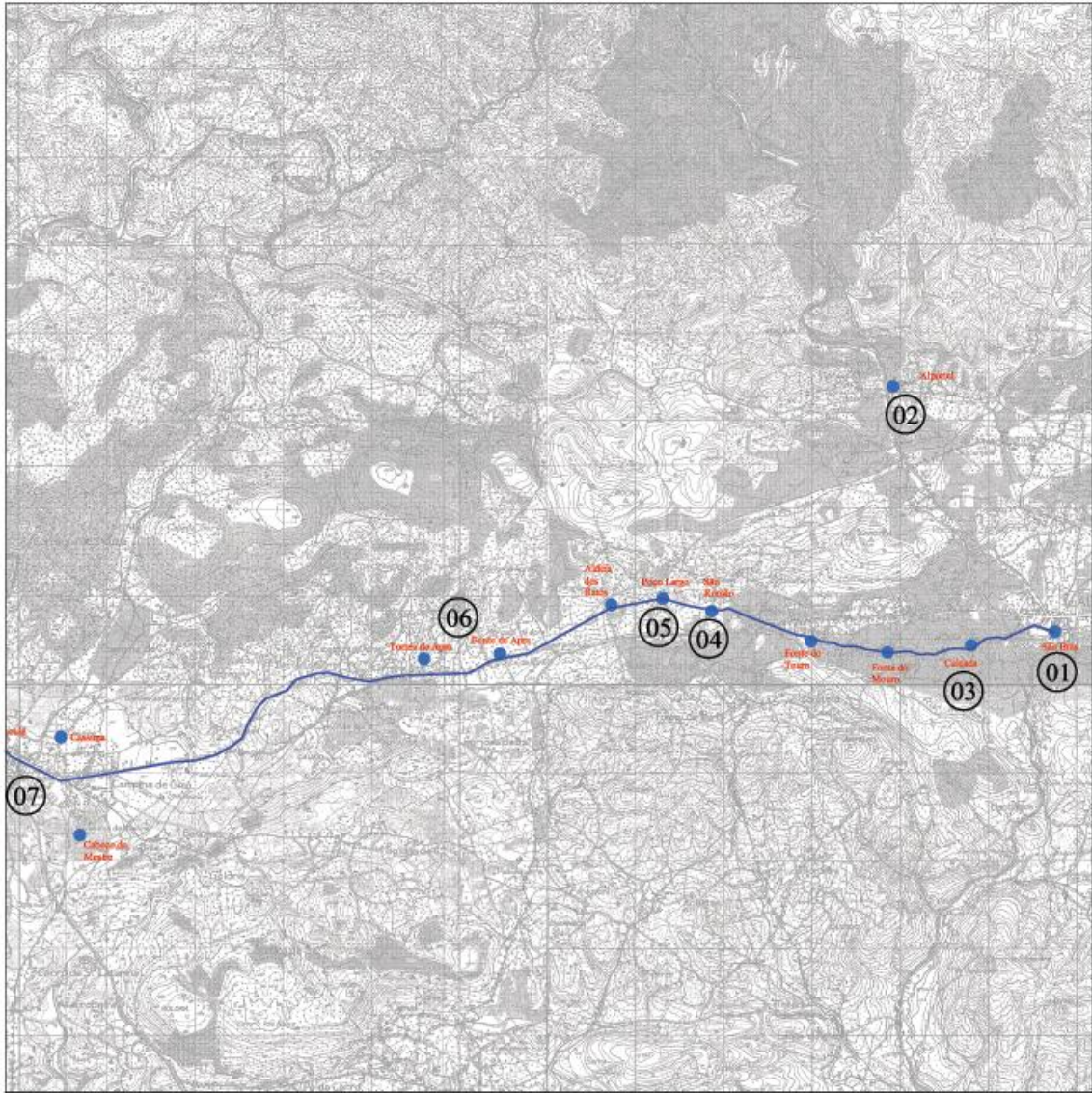
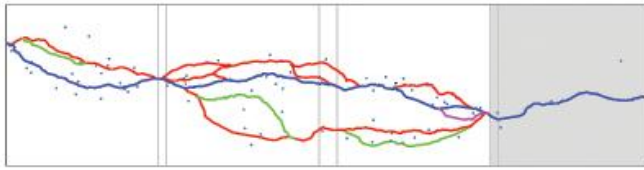
Etimologia. Do lat. *Brasiu-*, variante de *Blasiu-*, no caso acusativo, que remonta a um provável praenomen de origem etrusca (Kajanto, 1982, 42).

O <x>, grafia etimológica galego-portuguesa da fricativa pré-palatal surda /š/, translitera aqui o ش (*xīn*), que grafa essa mesma consoante. A escrita árabe especializou o *xīn* para transcrever a fricativa ápico-alveolar românica /ʃ/ continuadora do *S* latino, por não possuir um grafema adequado para a sua representação. A transcrição árabe comprova a realização ápico-alveolar desta fricativa no moçárabe (Galmés de Fuentes, 1983, 66, 200-201).

São Brás e São Blás foram os resultados do nome deste santo nos romances hispânicos (Vasconcellos, 1928, 56). A queda da sílaba final do título ficou a dever-se à sua posição proclítica: *Sanctu-* > *Santo* > *San* > *São*. Esta última forma decorre da uniformização das terminações nasais gal.-port. *-ã* (< lat. *-ane*, *-an*) e *-õ* (< lat. *-ōne*, *-ũdīne*) no ditongo *-ão* durante o período do port. méd. (séc. XV).

1

Mapa 5.1 - Itinerários e topónimos do percurso



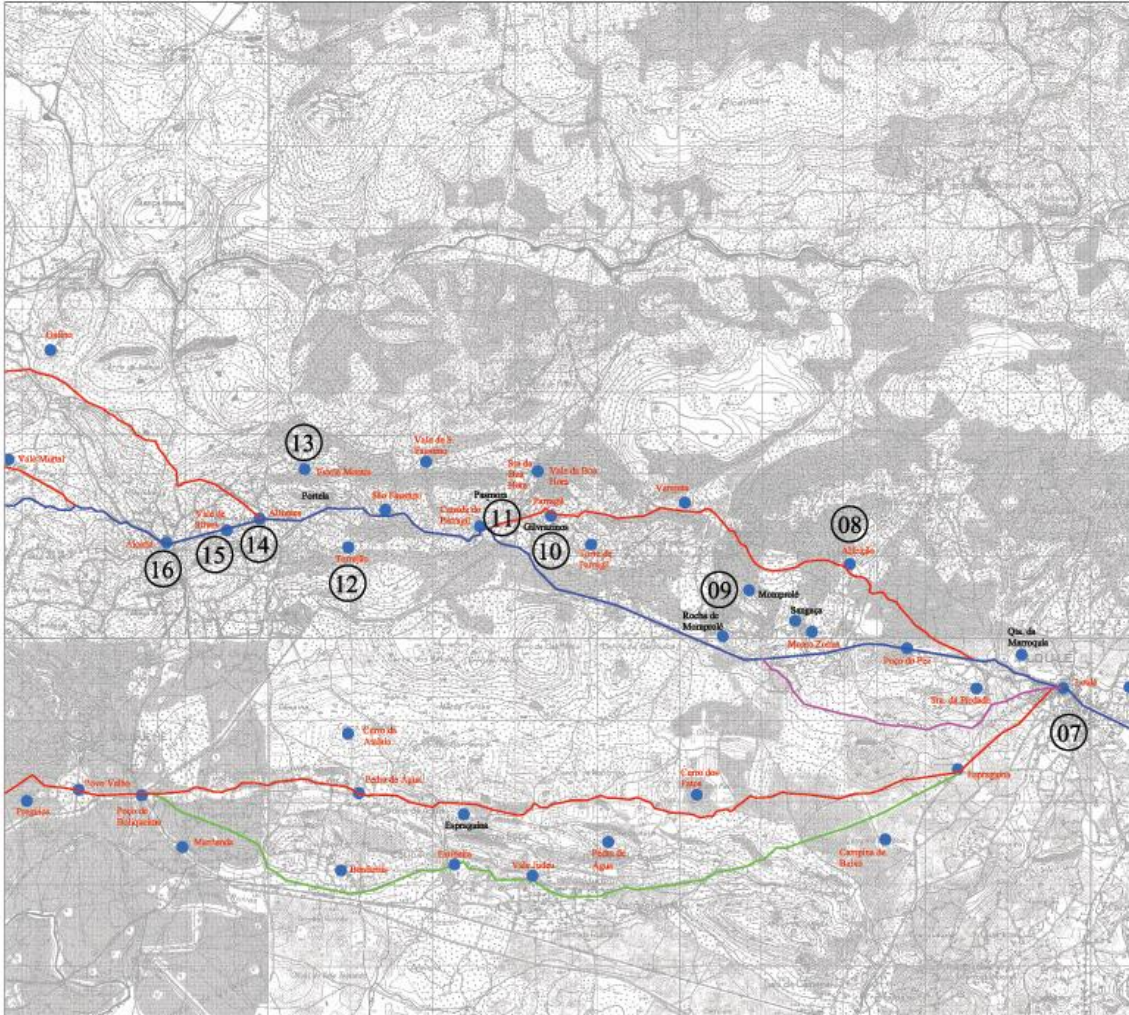
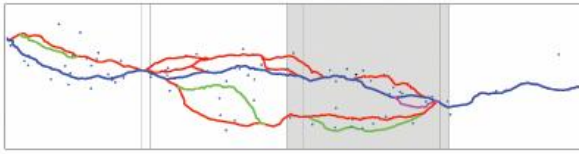
Topónimos da Carta Militar de Portugal (1:25,000); © Instituto Geográfico do Exército, Lisboa
 Fundo cartográfico: 1ª edição (1950-52) da mesma carta. (Folhas 585-589; 595-598; 604-607)

Moxoprodé	Topónimos de 1ª edição (1950-52), posteriormente desaparecidos	—	Trajeto mais curto
São Brás	Topónimos presentes em todas as edições	—	Trajetos alternativos, medidos
03	Topónimo analisado no texto	—	Trajetos alternativos, não medidos (percursos da Carta Geográfica de Silva Lopes)
		—	Percursos imaginários

Dados extra-linguísticos. Mártir arménio do séc. IV, cujo culto se associa a nascentes ou fontes, de propriedades curativas, junto a caminhos e lugares de trânsito pecuário. O seu dia, 3 de Fevereiro, corresponde a uma das datas mais importantes do calendário pré-romano, que se manteve no cristianismo popular como festa de bênção de gados

2

Mapa 5.2 - Itinerários e topónimos do percurso



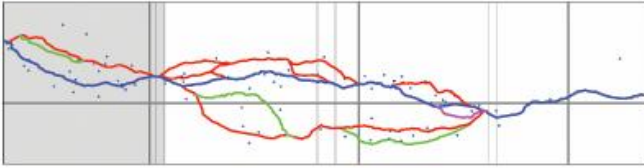
(Fraga da Silva, 2002, 79, n.122; 2005, 13). Sítio arqueológico romano/islâmico (Endovélico, CNS 14437).

Aceção referencial e cronologia. Ermida; tardo-antiga ou islâmica.

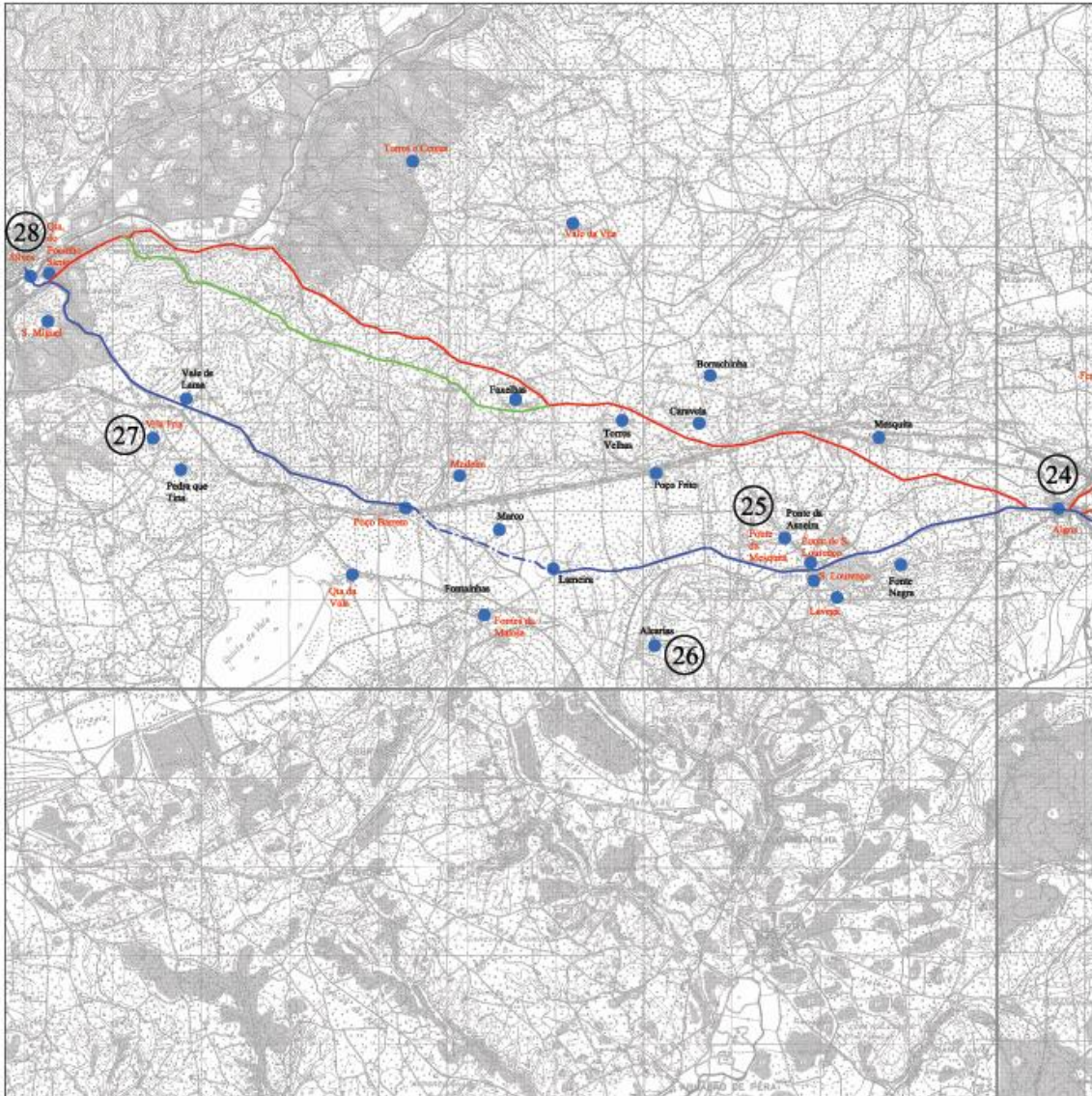
2. Alportel

Atestações. O top. *Alportel* só se encontra atestado na documentação portuguesa em 1392 e 1446 (Bernardes e Oliveira, 2002, 38, 50), mas o nome comum *portel* e o topónimo *El Portel* (Granada) são moçarabismos documentados em fontes árabes (Simonet, 1967, 459-460).

4



Mapa 5.4 - Itinerários e topónimos do percurso



O moçarabismo *Portel*, sem aglutinação do artigo, tem 5 ocorrências toponímicas todas a sul do Douro. A variante feminina *Portela*, comum ao galego-português e atestada desde 919 (Houaiss, 2001, s.v.), tem 976 ocorrências toponímicas.

Dados extra-linguísticos. No sítio do *Outeiro de Alportel* existiu uma necrópole romana (Alarcão, 1988, II, 3, 205, 8/270).

Aceção referencial e cronologia. Caminho, passagem estreita entre montanhas; islâmica.

3. Calçada

Atestações. Vocábulo antigo em toda a galo e ibero-românia, neste domínio atestado desde 800 na documentação latina remanescente dos reinos cristãos com o significado de ‘via’ (Seco, 2003, 109a, s.v. *calzada*).

Etimologia. O nome comum tem sido filiado no adjectivo latino-vulgar [via] *calciata, ‘id.’, de origem controversa. As propostas etimológicas apresentadas para este adjectivo derivam-no dos seguintes nomes (Cf. Corominas, 1973³, 121, s.v. *calzada* e 1980, I, 742a-744a, s.v. *cal*):

a) calx, -cis ‘cal’ (em virtude da mistura de cal ou de pedra caliça com areia na argamassa da pavimentação de certas estradas), o que não entra em contradição com o facto de na Hispânia o étimo vulgar deste nome ser cal(e), dada a expansão geográfica de *calciata pressupor a sua existência no latim vulgar levado para as províncias da Gália e Hispânia;

b) calx, -cis ‘talão, calcanhar’, nas acepções de ‘via coberta de terra’ (de acordo com uma das derivações semânticas do verbo calcare ‘calcar’) ou ‘via calcada’, ou seja ‘comprimida’ (formada de pedaços de pedra comprimidos), pressupondo esta última hipótese a existência de um verbo *calciare, co-variante de calcare, de problemática comprovação quer em latim vulgar quer em romance.

Segundo Corominas (1980, I, 743a), a forma normalizada catalã *calçada*, os dialectalismos *calçaes* e *carxata* e o topónimo *La Carxata* (Catadau), continuadores do moç. valenciano *kaltšata²⁹, designam quer o ‘muro de pedra solta que separa os campos’ quer o ‘talude que retém o barranco ou arroio’. Para o autor, estas acepções são independentes da galo-românica e apoiam a tese de um derivado de calx ‘pedra caliça’. Mas o vocábulo latino-vulgar já deveria ter o significado de ‘talude’, quer fosse feito de pedra quer de terra, na medida em que ele se observa no fr. *chaussée*³⁰.

Os regionalismos portugueses *calçada/s*³¹ e *calço*³² têm as mesmas acepções das formas catalãs, o que sugere a coexistência, no latim vulgar hispânico, de dois *calciata

²⁹ A forma arcaizante valenciana *kaltšata é coeva da conquista muçulmana. Tal como nos romances setentrionais, a palavra pode ter evoluído, em outros dialectos moçárabes, para *calçada*, com mudança do ponto de articulação da africada palatal surda para predorso-dental (/c ĩ > tj > tš > ts/) e sonorização da oclusiva intervocálica (/t > d/).

³⁰ *Chaussée* designa, para além de ‘route’, ‘talus servant de chemin’ e ‘barrage de cours d’eau pour un moulin’. Nestas duas últimas acepções, ocorre quer como nome comum quer como microtopónimo (Cf. Gendron, 2006, 51-52, s.v.).

³¹ Houaiss (2001, s.v. *calçada*) regista o regionalismo no plural.

homónimos, um derivado de *calce-* ‘pedra caliça’ e outro de **calciare* (< *calcãre*) ‘calçar’, na acepção de ‘firmar ou nivelar com calços’. Dessa coexistência teria resultado o significado de ‘construir com pedras soltas que servem de calços (i.e., de travamento) umas às outras’³³. Esta hipótese é reforçada pela conservação no ár. andaluz do mesmo cruzamento de significados na palavra *albalate*, que designou quer o ‘caminho empedrado’ quer a ‘cerca de pedras’, e cuja origem remonta ao lat. *plătĕa* ‘rua larga’ ou ‘praça’ (Cf. Top. 22).

Qualquer das hipóteses referidas se baseia em técnicas de construção das vias romanas e postula a substantivação do adjectivo quando, por extensão de sentido, passou a designar a própria via.

Comentário. Segundo Sillières (1990, 219), *Calçada*, no sul peninsular, é mais frequente como denominação de lugar próximo da via romana do que da própria via. Para Fraga da Silva, co-autor deste estudo, esse fenómeno toponímico, que só se verifica quando surge um assentamento humano individualizado, ficaria a dever-se à coronimização da estrutura viária.

Acepção referencial e cronologia. Estrada; indeterminada.

4. São Romão

Etimologia. Do lat. *Romanu-*, cognome muito comum em todo o Império, com origem no nome étnico (Kajanto, 1982, 20, 30, 51, 182).

Romano e *Romão* subsistem como nomes próprios e apelidos, mas como hagiotopónimo apenas se regista São Romão, a forma transmitida pela Igreja. Neste sentido, a forma *Romão*, com síncope galego-portuguesa de /n/ latino intervocálico, substituiu a moçárabe correspondente.

Dados extra-linguísticos. Santo visigótico, com culto anterior na Gália, associado à presença de cemitérios cristianizados, geralmente à beira de estradas. (Fraga da Silva, 2002, 82-86). Sítio arqueológico romano/islâmico. No lugar de S. Romão existiu uma

³² Segundo o DLPC (2001, I, s.v. *calçada* e *calço*), estes regionalismos designam, respectivamente, a ‘parede feita com pedras soltas, nas escarpas, para evitar o arrastamento de terras pelas enxurradas’ e o ‘muro que sustenta as terras em socalco’ ou o ‘terreno em degraus, sustido por um muro ou parede’ (i.e., o próprio socalco). *Calço* é um dialectalismo do Douro Litoral.

³³ Significado que subsiste no verbo *calçar* (a rua, o passeio) e no seu recente sinónimo *calcetar*. Este último do cast. *calceta* e devido ao facto de, em meados do século XIX, os presos (*grilhetas* ou *calcetas*) se ocuparem do calçamento das ruas (Houaiss, 2001, s.v. *calcetar*).

necrópole romana, de que se conservam lápides do séc. II d. C. (Alarcão, 1988, II, 3, 205, 8/271; Bernardes e Oliveira, 2002, 48; Endovélico, CNS 6346, 14438).

Acepção referencial e cronologia. Ermida; tardo-antiga ou islâmica.

5. Poço Largo

Etimologia. Do lat. *putĕu- largu-*, ‘poço abundante’.

O uso do adjetivo *largo* na acepção original de ‘abundante, copioso’ só se observa até ao séc. XV. Para o processo histórico /tĕ>tj> tš>ts>s/, cf. Top. 3.

Dados extra-linguísticos. Sítio arqueológico islâmico, com prováveis estruturas soterradas. Vestígios romanos dispersos por área vasta (Bernardes e Oliveira, 2002, 67).

Acepção e cronologia. Poço; indeterminada.

6. Apra [Fonte de -]

Etimologia. Do lat. (*villa*) *Apra*, a ‘villa de *Aper*’, cognome romano com origem no nome comum latino *aper*, ‘javali’. O top. andaluz *Aprina* filia-se neste mesmo cognome (Kajanto, 1982, 86, 325; Fernandes 1999, 247).

Trata-se de um antropotopónimo formado por um nome de possessor em função adjectival, com elipse do determinado. Este tipo de formação toponímica romana tem origem no período republicano e designa o domínio senhorial (Fernandes, *Ibidem*, 246).

A conservação de /-pr-/ é um arcaísmo, que se observa no moçárabe a par da sonorização da oclusiva latina simples em contexto intervocálico ou equivalente.

Comentário. A denominação inicial daria origem aos topónimos secundários *Torres de Apra*, *Fonte de Apra*, *Cabeceira de Apra*, *Barranco de Apra* e, modernamente, ao sítio do *Morgado de Apra*.

Dados extra-linguísticos. Sítio arqueológico romano (Endovélico, CNS 961). Bernardes e Oliveira (2002, 48-49) identificam vários sítios na zona entre *São Romão* e *Torres de Apra* com vestígios arqueológicos romanos e islâmicos. Dos primeiros, destacam-se a fonte, a necrópole e uma importante mancha de ocupação perto do *Morgado de Apra*, cujo conjunto consubstancia, segundo Fraga da Silva (2002, 78), uma importante *villa* romana, com continuidade ocupacional durante a Antiguidade Tardia e o domínio islâmico. Ainda segundo o mesmo autor (*Ibidem*), o top. *Torre*, associado ao cerro onde

se localiza a necrópole, pode ter sido motivado por vestígios de monumento funerário turriforme romano, cuja pilhagem milenar justifica o desaparecimento total das respectivas estruturas, ou - hipótese menos provável - por uma atalaia medieval no acesso de Loulé.

Acepção referencial e cronologia. Domínio agrário, romana.

7. Loulé

Atestações. Deste topónimo conhecem-se as atestações árabes *Al-‘Ulyā* e *Al-‘Ulya* e o gentílico *al-‘ulyāwī* e a sua variante *al-‘uryāni*, ‘louletano’. Essas atestações datam dos sécs. XII e XIII (Khawli, Parte 3 deste trabalho, top. *Loulé*). O cruzado anónimo que participou na tomada de Silves em 1189 representa-o como *Lole* (Relação, 44-45). Nos documentos portugueses do s. XIII aparece já *Loule*, com ditongo gráfico.

Etimologia.

1. Para este topónimo, a tradição filológica consagrou uma origem linguística árabe associada aos significados ‘a alta’ e ‘a altura’, na acepção oronímica de ‘elevação, colina, outeiro’, devida a David Lopes (1968, 25, 101, 107, 133) e seguida por Garcia Domingues (1987, 214-215) e Machado (s/d, 896b e 1991, 104b).

De acordo com as transliterações que efectua, David Lopes filia o top. no ár. a l-‘alya^(t) ‘a alta’³⁴. Segundo o autor, *Alolié*, forma intermediária representada na atestação árabe العليا, e a sua posterior evolução para *Lolé*, resultam de processos fonético-históricos regulares na evolução do árabe andaluz e na sua adaptação ao romance: palatalização da vogal tónica [a > ε], velarização de /a/ pretónico em [o] devida ao contexto fonético (i.e., à pronúncia árabe, velarizada, da consoante lateral) e aférese da vogal inicial.

Para Garcia Domingues, é à metátese da vogal do artigo (Al-‘Ulyā > Laulé) que se ficaria a dever a forma actual *Loulé*. Esta explicação pressupõe a dissolução do hiato por semivocalização da vogal velar [au > aw] e a assimilação da vogal do ditongo à semivogal [aw > ow].

Machado, por sua vez, radica-o no ár. al-‘olēa ‘altura’, através da pronúncia vulgar al-‘olē. A variante popular, com apócope da vogal, justificaria o resultado actual com a tónica final [ε].

³⁴ Informação devida a Abdallah Khawli, co-autor deste estudo.

Para além das reconstituições etimológicas serem diferenciadas, nenhum dos autores questiona o facto de *Loulé* representar uma solução evolutiva divergente da dos outros topónimos andaluzes a que se atribui a mesma origem árabe, os quais preservaram, sistematicamente, a estrutura e a acentuação etimológicas: *Alía* (Cáceres), *Alúa* e *Oliás* (Málaga e Toledo)³⁵.

2. Mais recente, é a proposta de filiação de *Loulé* no híbrido moçárabe *al-õlëa* ‘a oliveira’ atribuída a Adel Sidarus. Essa proposta foi divulgada e retomada por Fraga da Silva (2002, 86; 2005, 24) com base na afinidade formal de *Loulé* e *Momprolé*, nome de um lugar vizinho com evidente sintaxe pré-árabe (Cf. Top. 8), e na inadequação referencial do étimo árabe à topografia do assentamento islâmico³⁶.

O pressuposto do autor de que na origem destes nomes de lugar está um corónimo comum, motivado pela dominância da espécie *õlëa* na campina de Loulé, ajusta-se à paisagem agro-vegetal da região desde época romana. A etimologia latina, por outro lado, poderá explicar a divergência de resultados entre o topónimo algarvio e os topónimos andaluzes referidos.

Dada a efectiva continuidade do apelativo latino em moçárabe na acepção referida (i.e., como nome de árvore que, por extensão semântica, viria a designar o colectivo), propõe-se aqui a seguinte evolução histórica do topónimo, cuja reconstituição é feita a partir das atestações conhecidas:

- *olía* (< lat. vlg. *olia* < lat. cl. *õlëa*) está atestado como moçarabismo (Simonet, 1967, 405, s.v. *olía, olíba* e *olívo*). A conservação do hiato latino em *olio* (< lat. *õlëu*) documenta-se em todos os romances hispânicos (Corominas, 1980, IV, 281a, s.v. *oliva*); a esse mesmo esforço de preservação da estrutura trissilábica se ficaria a dever a deslocação do acento para a penúltima sílaba no moçarabismo *olía*. Deste apelativo derivaria o corónimo **Olía* ‘Olival’.

- *Alolié* representa uma forma intermediária do nome do povoado islâmico, que se teria formado pela prefixação do artigo árabe ao corónimo: **al-Olía*. As atestações árabes transcrevem, segundo Khawli, o ditongo tónico [jɛ], pelo que a deslocação do acento para a sílaba final e a conseqüente semivocalização da pretónica (*al-Olía* > *Aloliá* >

³⁵ Cf. Asín Palácios (1944, 28, 64, 126) e Guiné (1960, 569). Este último autor filia o top. *Oliás* (Málaga) no ár. ‘*uliyá*, ‘altura’. A acepção oronímica de ‘elevação’, frequente no *Al-Andalus*, é corroborada pela substituição de ‘*Ulyā as-sahla*, nome islâmico da região de Córdova, por *Montemaior* (Garcia Domingues, *Ibidem*, 215).

³⁶ Segundo o autor, a topografia do assentamento islâmico não se adequa aos significados de ‘outeiro’, ‘elevação’ ou ‘colina’, dado o lugar situar-se a cavalo de uma pequena falha geológica, que corta a sul a extensa e plana campina de Loulé, essa, sim, rodeada por várias elevações.

Aloljá), desfazendo a colisão homonímica com *Alolía* (<ár. al-‘Uliyya), já se verificavam³⁷. A palatalização da vogal tónica (*Aloljá* > *Aloljé*) é, como foi referido, um fenómeno característico do árabe andaluz, observável igualmente em formas arabizadas; - *Lole*, atestação latina de finais do séc. XII, e a portuguesa medieval *Loule* documentam a aférese da vogal inicial e a redução do ditongo [jɛ] ainda durante o domínio islâmico, mas já no período africano (*Aloljé* > *Lolé*). A aférese da vogal inicial, fenómeno comum no árabe andaluz que afectou tanto formas árabes como arabizadas, ainda hoje se verifica nos dialectos magrebinos. Quanto à redução do ditongo, esta pode dever-se a influxo árabe, dado o árabe antigo só conhecer os ditongos decrescentes /aw/ e /aj/ e no andaluz ser frequente a tendência para a monotongação (Cf. Corriente, 2003², 25-26); de qualquer modo, a posição final absoluta da vogal tónica poderia ter provocado, por si só, a assimilação da semivogal³⁸. O ditongo gráfico <ou>, que encontramos na forma portuguesa, não parece poder ser atribuído à ditongação da vogal, na medida em que esta era pretónica, devendo antes corresponder à percepção, pelos portugueses, da pronúncia árabe velarizada da lateral.

Dados extra-linguísticos. Esta hipótese etimológica é consistente com a abonação de uma forte comunidade moçárabe em Loulé, ainda em período almóada, revelada na estrutura mista do cemitério urbano: das cerca de 40 sepulturas identificadas, 15 representam o ritual muçulmano, 17 o ritual cristão, sendo as restantes mistas (Oliveira, 2003, 147-151). Outro aspecto desta realidade social é a dedicação da mesquita cristianizada ao santo moçárabe S. Clemente (Fraga da Silva, 2005, 47).

Não foram identificados, até ao momento, vestígios islâmicos em Loulé anteriores ao séc. XI. Originalmente terá sido uma alcaria dispersa na dependência do reino taifa de *Santa Maria de Harūne* e, depois, do de Sevilha, período a que corresponde escasso material arqueológico. Em finais desse século, Loulé torna-se sede de distrito rural e conhece um crescente desenvolvimento e concentração populacional, datando do séc. XII a construção da cerca amuralhada de taipa e a mesquita. É durante o período almóada que Loulé passa a cidade (Catarino, 2002, 33).

Acepção referencial e cronologia. Alcaria (séc.XI) e cidade (séc. XII e XIII); islâmicas.

³⁷ Fenómeno inverso ao provocado pela conservação do encontro vocálico heterossilábico em *oliu*, que, de acordo com Corominas (*Ibidem*), impediu a sua colisão homonímica com o resultado palatal de *oc(ũ)lu* - .

³⁸ É igualmente à maior duração da vogal tónica em posição final absoluta que se ficará a dever a paragono de elemento vocálico ou semivocálico na pronúncia dialectal do topónimo: *Loléi*.

8. Momprolé

Etimologia. Do lat. vlg. tardio *mo nte pro O lia, ‘monte dianteiro ao Olival’, com queda da sílaba final de mo n(te) por se encontrar em próclise.

Ao tempo da fundação de *Al-Olía na campina, *Momprolía devia ser o habitat moçárabe, de origem tardo-antiga. A estrutura sintáctica românica e a aglutinação deste composto indiciam a sua anterioridade relativamente à denominação híbrida da alcaria islâmica. O facto de estes dois nomes de lugar terem sido sujeitos às mesmas mudanças linguísticas durante a época islâmica ficaria a dever-se à consciência da sua significação e origem coronímica comuns, justificada pelo contexto social, acima documentado, de marcada e tardia presença moçárabe nesta zona algarvia.

O top. conhece as variantes locais *Mampolé*, *Mompolé* e *Momprelé* (V. Machado, 1987, 37-38), que se devem à contaminação das preposições *per* e *pro*, documentada em todos os romances hispânicos.

Comentário. Com este topónimo, que se situa no cimo do monte, estão relacionadas as denominações *Rocha de Momprolé* e *Lagoa de Momprolé*.

Dados extra-linguísticos. A localização do lugar no cimo do monte revela um padrão de povoamento tardio, em contraste como o povoamento rural romano da campina de Loulé. Deste período restam, no entanto, vestígios pouco abundantes: alguns espólios funerários, uma lápide a Diana e estruturas hidráulicas reveladoras da ocupação agrícola (Alarcão, 1988, II, 3, 205, 8/268; Martins, 1968, 167-169).

Acepção referencial e cronologia. Povoado rural; islâmica.

9. Alfeição

Atestações. Como antropónimo singular, *Alfeição* atesta-se, em 1266, no Foral de Tavira: «Item retineo mihi et omnibus successoribus meis casas que fuerunt de Abenffalilia, et apotecam de Alfeyçam» (Leges, I, 737-738, *apud* Fernandes, 1999, 243).

Etimologia. Do ár. al-Hasain ou al-Haiṭ am, ambos atestados no onomástico andaluz (Fernandes e Khawli, 2005).

Machado associa o antropónimo al-Hasain aos nomes dos netos do profeta *al-Ḥasan* e *al-Ḥusayn* (1991, 55a, s.v. *Alfeiçã*). *Al-Ḥasan* está atestado como nome de filiação de um cadí de Silves: *Hāni' ibn al-Ḥasan* (Fernandes, *Ibidem*).

A evolução /h > f/ é regular na adaptação ao romance. Para a ditongação da vogal nasal final, cf. Top. 1.

Comentário. A par de *Alfeiçã*, subsiste o topónimo *Cerro de Alfeiçã*, provavelmente derivado daquele.

Acepção referencial e cronologia. Povoado rural; islâmica.

10. Gilvrazinos

Etimologia. Do antropónimo *Gil Vrazino*, nome próprio e sobrenome, este com valor patronímico.

O nome próprio tem origem no fr. *Giles*, mediatizado pelo provençal, e está atestado nos nobiliários medievais (Vasconcellos, 1928, 46; 1931, 104). O sobrenome *Vrazino* é um derivado em -ino de *Brasiu-* (Cf. Top. 1), com conservação moçárabe de /n/ latino intervocálico; à influência de substrato do moçárabe algarvio poderá dever-se igualmente a evolução /b > v/ (Cf. Top. 22 e 28).

Comentário. A forma *Vrazino* é variante de *Brasino*, elemento constitutivo do topónimo *Monte do Brasino* (c. de Borba), também ele em antigo território linguístico moçárabe. O lugar de Gilvrazinos poderia ter tido origem no assentamento de uma família moçárabe do Alentejo após a conquista portuguesa, o que corresponderia à designação plural, coeva ou posterior, referente à família ou descendentes. A vizinhança deste topónimo com *Parragil* sugere a sua interrelação.

Acepção referencial e cronologia. Propriedade rural; imediata à conquista portuguesa.

11. Parragil

Etimologia. Do gót. **parra*, ‘cercado’ (Houaiss, 2001, s. elem. comp. *parr-*), aglutinado ao nome próprio *Gil*, ambos transmitidos pelo provençal (Cf. Top. 10).

O facto de a língua transmissora ser o provençal indica a proveniência setentrional, galego-portuguesa, de ambos os nomes, comum e próprio. A ausência da preposição *de* na formação toponímica situa a sua fixação imediata à conquista portuguesa.

Comentário. *Parragil* daria origem aos topónimos secundários *Torre de Parragil* e *Canada do Parragil*, numa altura em que o significado do composto já não era transparente. *Canada* é uma denominação para caminho pecuário.

Aceção referencial e cronologia. Componente de propriedade rural; imediata à conquista portuguesa.

12, 21. Torrejão

Atestações. O topónimo moçárabe *Torija Tabarait/Torrija Taharait*, cujo étimo é o vulgarismo *torricla, está documentado no *Repartimiento de Sevilla* (Galmés de Fuentes, 1983, 187, 192, 203). Derivadas da intermediária *torreclone, as formas *torrellone* e *torrelgone*, encontram-se atestadas num documento alto-aragonês de 1099 (Seco, 2003, 628b).

Etimologia. De *torreclone ‘torre pequena’ ou ‘edificação turriforme’, com origem no lat. cl. tŭrrĭcŭla ‘id.’, através do vulgarismo *torrecla sufixado em –ōne.

A hipótese de este topónimo ser uma criação autóctone, anterior à conquista portuguesa, é sustentada pela atestação toponímica moçárabe referida e pela conjugação dos seguintes factores: a) a constituição morfológica; b) a evolução fonológica; e c) a distribuição espacial.

a) O sufixo latino –ōne tinha carácter individualizador, de onde resultaram os seus valores avaliativos - aumentativo ou diminutivo - , por vezes com matizes pejorativos. Esse sufixo podia juntar-se a bases complexas derivadas (Alvar e Pottier, §§ 275.1 e 275.2), como é o caso de tŭrrĭcŭla, diminutivo de tŭrris. Ora, o gal.-port. privilegiou o valor aumentativo deste sufixo (–ōne > gal.port. –ō > port. méd. –ão), em detrimento do seu valor diminutivo, e não documenta no seu léxico, comum ou toponímico, nenhum continuador de *torreclone (< *turriculone)³⁹.

b) O grupo consonântico intervocálico *c'l* resultou da queda da vogal breve postónica /ũ/ em latim vulgar. Em galego-português, a solução patrimonial deste grupo consonântico foi a lateral palatal /ʎ/, tendo o sufixo latino –ĭc(ũ)la evoluído para –*elha* /eʎa/. O resultado toponímico de *torrecla(< turricula-) na região

³⁹ O sufixo diminutivo –ão (< –ōne) integra alguns lexicalismos portugueses (i.e., palavras que já não funcionam como diminutivas), como, por exemplo, *pinhão* ‘semente do pinheiro’ (do lat. pĭnĕa - ‘fruto do pinheiro’). Em algumas, raras, palavras, o seu valor diminutivo depreciativo ainda é reconhecível, como é o caso de *pontão* ‘ponte rústica de pequena dimensão’.

portuguesa setentrional, de que apenas se regista uma ocorrência no concelho de Braga, é *Torrelha*. Em contrapartida, o moçárabe, a par da solução /ʎ/, conheceu a africada palatal sonora /dʒ/, cronologicamente posterior e documentada nos séculos XI e XII. Esta solução inovadora observou-se igualmente em castelhano (Galmés de Fuentes, *Ibidem*, 300-301; Lapesa, 1981⁹, 176-177, n.8 e 185, n.16).

A simplificação da africada palatal sonora /dʒ > ʒ/ é posterior à conquista cristã (Cf. Galmés de Fuentes, *Ibidem*).

c) Os topónimos *Torrejão*, *Torrejões* (pl. de *Torrejão*), *Torrejana* e *Torrejais*, continuadores de derivados de *t o r r e c l a, ocorrem todos na área dialectal portuguesa do centro-interior e sul, correspondente a antigo território moçárabe.

Dados extra-linguísticos. O sítio arqueológico do Torrejão (Top. 21, c. de Silves, freg. de Algoz) está classificado como pré-romano/romano/islâmico. A torre de atalaia é islâmica (Marques, 1992, 147; Endovélico, CNS 2321, 7571).

Acepção referencial e cronologia. Top. 12: pode ter correspondido a uma edificação em forma de torre (possível monumento funerário); romana ou tardo-antiga; Top. 21: torre de atalaia; islâmica.

13. Estela Montes

Etimologia. Do lat. *Stella Montis*, ‘Estrela dos Montes’. A sintaxe latina do top. situa-o cronologicamente ainda no período romano.

Stella Montis é um provável epíteto da deusa Diana (Fraga da Silva, 2005, 25), decorrente da sua identificação com a Lua, ‘a estrela da noite’. Essa identificação é atribuída aos rustici por Varrão (*Res Rusticae*, I, 37, 3; *De Lingua Latina*, V, 68) e está igualmente documentada em Cícero: «Diana autem et Lunam eandem esse putant» (*De Natura Deorum*, 2, 68).

A conservação do topónimo dever-se-á, muito provavelmente, a um fenómeno de etimologia popular, por associação a um antropónimo.

Dados extra-linguísticos. O culto a Diana está documentado no Algarve pelo top. *Janares* (<*D i a n a r i s), ribeira a norte de Salir (c. de Loulé) associada a uma fonte e uma estrada ancestral, e por inscrições epigráficas (Fernandes, 1999, 248; Fraga da Silva, 2005, 25).

Acepção referencial e cronologia. Provável santuário de montanha; romana.

14. Alfontes

Etimologia. Do lat. *fontes* com aglutinação do artigo ár. a l-. Híbrido moçárabe dos primeiros tempos da ocupação islâmica.

Acepção referencial e cronologia. Povoado rural; islâmica.

15, 20. Vale de Silves

Etimologia. Do ár. and. *balát*, ‘estrada, caminho empedrado’, cujos resultados andaluzes foram *balate*, *albalate*, *Alvalade* e *Alvaledes* (Cf. Top. 17 e 22).

O nome comum *valede* terá sido segmentado pelos portugueses em *vale de*, numa reinterpretação motivada pela existência no léxico do português dessas palavras e no timbre semi-fechado /e/ da vogal final.

Comentário. A aceção particular desta lexia complexa, formada por *vale* + *de* + *corónimo de destino*, infere-se, segundo Fraga da Silva, do facto de o nome comum *vale* estar associado a um destino, cuja indicação justifica a existência de um caminho dirigido, e de esta função toponímica se restringir a uma área localizada no Baixo Alentejo e Algarve: *Vale de Beja*, *Vale de Mértola*, *Vale de Sines*, *Vale de Bordeira*, *Vale da Serra*.

Acepção referencial e cronologia. Estrada com destino a Silves; islâmica e portuguesa.

16, 26. Alcaria, Alcarias

Etimologia. Do ár. and. *alqaríyyah* < ár. cl. *qaryah*, ‘aldeia’ (Corriente, 2003², 136a).

Comentário. A alcaria islâmica representava um povoado rural de tipo disperso. O plural românico deve-se muito provavelmente a reinterpretação portuguesa do significado de alcaria como habitat rural isolado.

Dados extra-linguísticos. Top. 16: Sítio arqueológico romano/islâmico (?) (Endovélico, CNS 2749).

Acepção referencial e cronologia. Povoado rural; islâmica.

17. Vale Loulé

Etimologia. Cf. Top. 15, 20 e 22. A queda da preposição abona a substituição do termo *valede* por *vale de* após a conquista cristã.

Acepção referencial e cronologia. Estrada para Loulé; islâmica e portuguesa.

18. Almeijoafas

Etimologia. Do ár. *al m i j w a f a*, ‘côncava’ (Fernandes e Khawli, 2005). Para outras propostas etimológicas cf. Fernandes (2001, 23).

Corotopónimo com omissão do designado, motivado pela forma do local. Híbrido com flexão plural românica, de provável origem muladi.

Acepção referencial e cronologia. Corónimo; islâmica.

19. Paderne

Atestações. Este topónimo conhece, do s. XII ao XVIII, as atestações árabes *B.nt.r* (Ibn Baxcuâl, séc. XII) e *Batīrna* (anónimo do s. XIV), a latina *Paderne* (Relação, 43) e as portuguesas e castelhanas *Paderna* e *Paderne*. *Paderna* é a forma mais frequente e, segundo Ataíde Oliveira, ainda a denominação local em 1910 (V. Fernandes, 1999, 247-248).

Etimologia. Do lat. (*villa*) *Paterna* ou (*villa*) *Paterni*, a ‘villa de Paternus’, cognome romano particularmente frequente na Hispânia (Kajanto, 1982, 80, 304).

Trata-se de um antropotopónimo com origem num nome de possessor em função adjectival (*villa Paterna*) ou em genitivo de posse (*villa Paterni*), ambos com elipse do determinado. Qualquer destas construções teve origem republicana e ampla divulgação no Império (Fernandes, *Ibidem*).

Dados extra-linguísticos. Sítio arqueológico pré-romano/romano/tardo-antigo/islâmico (Endovélico, CNS 20708, 5867).

Acepção referencial e cronologia. Domínio agrário, romano ou tardo-antigo.

22. Alvaledes

Etimologia. Do ár. and. *al-balát* < ár. cl. *balāt* < aram. *pělaṭ yā* < gr. *plateia* < lat. *plătēa*⁴⁰. Em árabe clássico, o termo já significava ‘caminho empedrado’ e, no andaluz, *albalate* usou-se ainda na acepção de ‘cerca de pedras’ (Corriente, 2003², 253b)⁴¹.

Com *imālah* ‘imela’ (i.e., palatalização de /a/ tónico), fenómeno fonético característico do ár. andaluz, conservação moçárabe de /l/ intervocálico e flexão plural românica. O plural pode ter sido motivado pela situação do lugar entre as duas estradas próximas. A fricativização e mudança do ponto de articulação da oclusiva bilabial (/b > v/) ficaria a dever-se a influxo moçárabe (Cf. Top. 28, §2b).

Comentário. Em castelhano arcaico, *balate* adquiriu a mesma significação do medievalismo port. *linde* (< lat. *limite*, ‘caminho, atalho’), que ainda se conserva no dialecto alentejano sob a forma *linda*: ‘senda ou vereda estreita nos extremos das herdades, que lhes serve de limite e franqueia a passagem de umas a outras’ (Silveira, 1921-1922, §28). Esta acepção não se documenta para o termo árabe no território linguístico português.

Acepção referencial e cronologia. Povoado rural; islâmica.

23. Senhora do Pilar

Etimologia. Do lat. vulg. **pilāre*-, que substituiu o lat. cl. *pīla*, -ae, ‘coluna, pilar’ (Houaiss, 2001, s.v. *pilar*).

Comentário. Santuário curativo pré-cristão romanizado, segundo se depreende dos vestígios arqueológicos, da localização e da lenda associada. A dedicação à Senhora do Pilar não deve ser anterior ao séc. XVI, desconhecendo-se a original (Fraga da Silva, 2005, 38).

Dados extra-linguísticos. Sítio arqueológico romano/islâmico (Fabião, 1997, 378; Endovélico, CNS 6701, 18757).

⁴⁰ David Lopes (1968, 168-169, 179-184) radica o termo ár. *balāt* no lat. *palatiu*- ‘palácio, paço’, na acepção toponímica de residência senhorial. Essa proposta foi contradita por Joaquim da Silveira (1921-1922, §28, s. top. *Alvalade – Alvade*), que confere ao apelativo ár. as acepções de ‘via, estrada, calçada’ e associa os topónimos *Campo de Alvalade* e *Calçada de Alvalade* (Lisboa), serra de *Alvalade* (junto de Arraiolos) e vila de *Alvalade* (Campo de Ourique) a lugares localizados em pontos de passagem da via militar romana e mais tarde da estrada real.

⁴¹ A analogia com os significados de *calçada* (< lat. vlg. **calciata*) é evidente (Cf. Top. 3).

Acepção referencial e cronologia. Ermida; portuguesa.

24. Algoz

Atestações. Este nome de lugar não parece ser associável a nenhuma das atestações árabes conhecidas, o que poderá dever-se à época tardia da fundação do povoado (Khawli, Parte 3 deste trabalho, top. *Algoz*). As primeiras atestações em port. do arabismo *algoz* são igualmente tardias, do séc. XIV (Houaiss, 2001, s.v. *algoz*).

Etimologia. Do ár. and. al ġ ú z z < neo-ár. Ġ ú z z, nome de tribo turca (Corriente, 2003², 171b, s.v. *algoz*; Fernandes, 2001, 30, s. top. *Algoz*).

A fricativa velar /ğ/, conservada em todo o neo-árabe, conheceu uma realização oclusiva, embora pouco frequente, em árabe andaluz⁴².

Comentário. A filiação deste topónimo no etnónimo alġúzz é reforçada pela presença de membros desta etnia no *al-Andalus* nos finais do séc. XII, trazidos pelo califa almóada al-Mançûr. Em 1191 participam na reconquista de Silves aos cristãos, pelo que o assentamento não deve ser anterior a essa data (Cf. Khawli, *loc. cit.*).

Dados extra-linguísticos. O habitat primitivo localizar-se-ia nas proximidades do sítio arqueológico do Algoz Velho, junto à ermida da Senhora do Pilar (Cf. Top. 23). Para além dos materiais romanos e medievais portugueses encontrados, foi assinalada neste sítio a existência de cerâmicas islâmicas. A antiga nora e a ponte, de provável origem islâmica, favorecem a hipótese da vizinhança de uma alcaria (Gomes, 2002, 156).

O povoado actual é provavelmente de fundação portuguesa, dado o castelo ter sido mandado edificar por D. João III (Endovélico, CNS 6755).

Acepção referencial e cronologia. Provável alcaria; islâmica.

25. Mesquita [Ponte da –]

Etimologia. Do ár. cl. m a s d j i d, ‘lugar de prostração’, com diferentes interpretações quanto à língua transmissora:

1. Segundo Lopes (1968, 73-85), a forma andaluza etimológica é *almagid*, com aglutinação do artigo, atestada numa tradução castelhana do s. XIV e no top. *Almagede*

⁴² Essa realização está documentada em alguns arabismos incorporados no léxico dos romances, como, por exemplo, em *alpercata* ~ *alpargata* do ár. and. al p a r ġ a t (Corriente, 2003², 27).

(Santiago do Cacém). A variante divergente *mesquita* é uma palavra erudita que do grego bizantino passou ao latim e deste às línguas românicas;

2. Corominas (1973³, 395a, s.v. *mezquita*) sugere a mediatização do nome árabe pelo arménio *mzkiṭ* trazido do Oriente pelos Cruzados;

3. Para Corriente (2003², 51, 389a- 389b), este arabismo provém do ár. and. *masjíd*, mediatizado pelo br. *tamezgida*, e foi incorporado muito cedo nos romances peninsulares. O autor atribui o reflexo oclusivo de /ʒ/ e o género feminino aos dialectos iemenitas dos primeiros conquistadores, que conservavam a articulação oclusiva e apresentavam oscilações no uso do género e seus morfemas. Argumenta ainda que as vozes depreciativas moçárabes **ma/usqíta* ‘a que faz cair (em erro)’ e *masqát* ‘esterqueiro’ podem ter contribuído para a sua transmissão.

Comentário. Face à ausência de atestações ou abonações nas fontes árabes de lugares com esta denominação, é provável serem criações portuguesas que assinalavam os templos dos mudéjares. *Ponte da Mesquita* é um topónimo secundário.

Acepção referencial e cronologia. Povoado rural com lugar de culto ou lugar de culto de povoamento disperso; portuguesa, anterior ao séc. XVI.

27. Vila Fria

Etimologia. Do lat. *Villa Frígida*, ‘Vila Fria’, composto toponímico formado com o determinado *villa* e um qualificativo adjectival.

Comentário. O elemento toponímico *Vila* (< *villa*) no Sul é fóssil, não correspondendo a nenhuma forma de povoamento rural posterior à Antiguidade Tardia.

Dados extra-linguísticos. Sítio arqueológico romano. *Villa* com necrópole associada (Endovélico, CNS 6803).

Acepção referencial e cronologia. Domínio agrário; romana ou tardo-antiga.

28. Silves

Atestações. O top. está atestado, desde o séc. X, em todas as fontes árabes coevas do domínio islâmico como شلب *Xilb* e no relato do cruzado que participou na sua tomada em 1189 como *Silvia* ou *Silviam e Silviae*, consoante a flexão casual (Relação, 37, 41 e 43). Na documentação portuguesa e castelhana medieval regista-se como *Silue*. A forma

inovadora *Silvys/Silves*, com paragoge da sibilante, começa a documentar-se na transição do séc. XIV para o XV, mas só se generaliza no final da segunda metade de quatrocentos.

Etimologia.

1. Este topónimo é tradicionalmente filiado no lat. *silua*, -ae, ‘floresta, mata’. Essa filiação é sustentada pela evolução moçárabe /ĩ > i/ e pela motivação toponímica, a cobertura do terreno, abonada nas descrições andaluzas referentes à produção silvícola de madeira e pomares. São as seguintes as propostas respectivas:

a) ablativo–locativo *siluis*, com perda do –s final (Lopes, 1968, 202);

b) acusativo latino-vulgar *silua-*, com perda da vogal final (Machado, s/d, III, 1349a-b, s.v);

c) acusativo latino-vulgar *siluas*, no plural feminino *silues*, variante moçárabe de *siluas* (Galmés de Fuentes, 1983, 311, 312). Esta última hipótese é infirmada pelas atestações portuguesas, que só representam a sibilante final na última década de trezentos.

2. A sua origem no turdetano **Cilipis*, mediatizada pelo lat. *Cilpes*, atestado numismaticamente (Faria, 1997, 363-365), não parece oferecer dúvidas actualmente, mercê das abonações *Kilibē* (Artemidoro de Éfeso, c. 100 a.C.)⁴³ e *Cibilitani* ou *Cilibitani* (Plínio, o Antigo, *Naturalis Historia*, IV, 35, 118) e dos vestígios arqueológicos remanescentes no povoado proto-histórico da Rocha Branca.

A evolução deste topónimo foi condicionada pela sua transmissão quer pelo latim, quer pelo árabe. As atestações toponímicas revelam que:

a) a consoante inicial era, no séc. X, uma fricativa áptico-alveolar, dada a sua representação através do ش árabe e, posteriormente, do <s> latino (Cf. Top. 1)⁴⁴;

b) Contrariamente ao que se observava noutras variedades dialectais do moçárabe e nos romances setentrionais, que só conheciam a oposição fonológica entre /b/ e /β/ (Cf. Galmés de Fuentes, 1983, 86-88), a fricativa lábio-dental /v/ deveria ser uma realização

⁴³ Seminário de Bärbel Kramer em Madrid sobre o papiro de Artemidoro, organizado pela Casa de Velázquez (3-5 de Março de 2005). A conferência foi resumida por J. Rodríguez Morales e o resumo esteve publicado em www.celtiberia.net/articulo.asp?id=1174. V. Fraga da Silva (2006): <http://imprompto.blogspot.com>.

⁴⁴ Os mesmos fenómenos evolutivos parecem ter estado na origem da sibilante inicial do topónimo Setúbal < Sotobra (*Divisio Wambae*, séc. VII) < lat. *Caetobriga* (Ptolomeu, *Geografia*, II, 52) < celta **Ketobrix* (forma reconstituída a partir da versão de Artemidoro) (V. Fraga da Silva, *Ibidem*).

autóctone já nos finais do séc. XII, em virtude da grafia românica ser sistematicamente <u> ou <v> e nunca , A forma arabizada *Xilb* não invalida esta conclusão, dado o sistema fonológico árabe só dispor da bilabial sonora oclusiva, grafada ب (*ba*). Neste sentido, parece confirmar-se a hipótese do influxo do substrato moçárabe na distinção fonológica entre /b/ e /v/ nos dialectos portugueses centro-meridionais (V. Top. 22).

Dados extra-linguísticos. Associa-se a origem de Silves ao povoado proto-histórico da Rocha Branca, situado a 1,5 km de distância (Endovélico, CNS 462). Esse povoado, que cunhou moeda já sob o domínio romano, na transição do séc. II para o I a.C., com a legenda toponímica CILPES (Faria, *Ibidem*), terá sido um habitat turdetano, como se depreende do nome e dos vestígios arqueológicos. A localização do lugar central em época romana é polémica, por não se conhecerem vestígios arqueológicos conclusivos (Endovélico, CNS 6809).

Acepção referencial e cronologia. Cidade; islâmica.

Apêndice: O vocabulário viário árabe [AK]

Do vocabulário árabe referente às redes viárias podemos citar os seguintes étimos que deixaram vestígios na toponímia portuguesa, em geral, e na do Algarve, em particular:

1. Étimos árabes para designar os caminhos:

- الطريق *at-tarîq*: o caminho ou via, terrestre, fluvial ou marítima.
- البلاط *al-balât*: nome que significa em árabe ‘as pedras lisas que serviam para pavimentar uma residência ou uma estrada’ e designava no *al-Andalus* as vias romanas empedradas ou pavimentadas. Deu origem em português aos topónimos *Alvalade* e, provavelmente, *Vale*.
- الجادة *al-jâdd* : designa a via principal que se caracteriza pela sua brevidade, denominação, geralmente, reservada para as vias romanas. Em Espanha, o étimo deu origem ao topónimo *Aliada* (Francisco F. Sanchez, p. 40).
- السكة *as-sikka*⁴⁵: designa um caminho recto e plano. Pode haver uma relação entre este étimo e o nome do rio Asseca ou Assequa (Gilão antes de Tavira), o que implica a existência de uma via paralela a este curso de água (A. Khawli, *Tavira islâmica*, p. 132).
- الوتيرة *al-watîra*: caminho junto ou paralelo a uma montanha.
- السراط ou الصراط *as-sirât*: derivado do latim *estrata*, significa ‘caminho plano e recto’ e vem mencionado no Alcorão no sentido de ‘caminho de salvação’.

2. Étimos ligados a cursos de água e sítios de aguada:

- وادي ou واد *wâdî / wâd* (rio ou vale): este étimo, que deu origem ao prefixo *Ode* anteposto aos nomes de diversos rios do Algarve, pode indicar a navegabilidade dos mesmos. Essa navegabilidade acabava num pequeno porto de uma localidade, cujo nome se aplicava ao rio: *Odesseixe*, *Odelouca*, *Odeáxere*, *Odeleite*, etc. É importante apontar que o prefixo “*Ode*” não fazia parte, durante o período islâmico, dos nomes

⁴⁵ - Sobre este étimo e os seus derivados na toponímia espanhola ver: Rubiera Mata, M^a Jesús, “El vocable árabe “sikka” en su acepción de vía y sus posibles arabismos en la toponimia hispánica: Aceca, Seca e Villa Seca”, in *Sharq al-Andalus*, nº 3, Alicante, 1986, pp. 129-132.

das localidades (Fernandes e Khawli, Comunicação apresentada no I Encontro de Toponímia do Algarve, 2005).

- القنطرة *al-qanṭara* (a ponte): étimo frequente na toponímia portuguesa que pode implicar a presença de uma ponte, construída ou não, para facilitar a passagem dos rios e ribeiras. No Algarve regista-se o topónimo Alcantarilha com o sufixo diminutivo românico *-ilha*.
- المخاضة *al-makhâda* (vau): lugar de travessia num rio onde a pouca água ou a escassa profundidade permitem uma passagem fácil. É preciso verificar a relação entre este nome e alguns topónimos com a forma *Malhada*.
- الجسر *al-jisr* (ponte): tudo o que serve para atravessar um rio, seja construído (em madeira ou pedra) ou não.
- البئر *al-bi`r*: poço ou fonte de água. Deixou vestígios na toponímia portuguesa sob a forma deformada de Albôr البور, nome árabe do castelo de Alvor, a antiga cidade romana de Ipses. Designa em Lisboa o Poço da Figueira, antigo topónimo da Praça da Figueira, que era conhecida por Borratém, ou seja, *Bôr attîn* ‘Poço da figueira’.
- العين ، العيون *al-‘uyûn pl. , al-‘ayn*: olho, fonte de água, ou aguada. Na toponímia espanhola deixou vários derivados sob a forma de León como no caso de Gibraleón, na província de Niebla, abonado nas fontes árabes como *Jabal al-‘uyûn*, i. e., ‘Monte das Fontes’.
- الغدير، الغدیر *al-ghadîr, al-ghudur*: ribeiro, riacho ou lago de águas estagnadas. Topónimo atestado na região de Mértola sob a forma plural, Algodor.

3. Étimos árabes de estabelecimentos ligados à rede viária

- البريد *al-barîd*: do latim *veredus* que designa o cavalo de posta que permitia aos mensageiros levar e trazer cartas e avisos. O estreito caminho que era percorrido por tais cavalos passou a ser chamado, também, *veredus*. E, mais tarde, a paisagem cortada pelos caminhos ficou conhecida como *Vereda*. Designava em árabe o correio ou postos de estrada destinados à troca de cavalos pelos mensageiros. Na toponímia portuguesa a palavra árabe pode, eventualmente, dar origem a algumas Barradas.
- المنزل ، للمنازا *al-manzil, al-manâzil pl.*: derivado do étimo latino *mansio*, designa as estalagens que se situavam junto das estradas, fora das povoações. O topónimo mais conhecido deste étimo, com transcrição quase directa do árabe, é *Almancil*,

situado numa via que ligava os dois grandes centros urbanos do Algarve, Faro e Silves. Na toponímia espanhola o étimo deixou diferentes derivados com a transcrição de *Massa* ou *Masa*, tal como em *Massanasa* (*manzil* 'Atâ), *Masalavés* (Francisco F. Sancez, 1995, p. 61). Baseando-nos nestes exemplos, podemos considerar a eventualidade do topónimo português *Massamá* ser um derivado de *Manzil al-mâ* ou seja a estalagem de água.

Bibliografia

As listas bibliográficas de cada autor permanecem separadas.

[AK]

Fontes árabes

AL-HIMYARÎ, Abd al-Mun'im (1938), *Rawd al-Mi'târ*, edição e tradução francesa de E. Lévi-Provençal, Leyde.

AL-IDRÎSSÎ (1975), *Nuzhat al-Muxtâq fî ikhtirâq al-âfâq*, Naples-Rome; tradução francesa por R. Dozy e M. J. De Goeje (1966), *Description de l'Afrique et de l'Espagne par Edrisî*, E.J. Brill, Leide.

AL-IDRÎSSÎ (1989), *Los Caminos de Al-Andalus en el siglo XII*, Estudo, edição, tradução e notas por Jassim A. Mizal, C.S.I.C., Madrid.

AL-MARRÂCUXÎ, Abd al-Wâhid (1978), *Kitâb al-mujib fî talkhîs akhbâr al-Maghrib*, ed. M.S. al-'aryân e M. l-'Alamî, Casablanca; trad. inglesa de Dozy, R. (1945), *The History of the Almohades*, Leide; edição e tradução espanhola por Huici Miranda, Amborioso (1955), *Lo admirable en el resumen de las notícias del Magrib*, Tetuan; tradução francesa por Fagnan, E. (1893), *Histoire des Almohades*, Argel.

ANÓNIMO (1972), *Ad-dakhîyra as-sanîa fî Tarîkh ad-dawla al-marîniya* (*Tesouro dos anos sobre a história do império dos Merínidas*), Rabat.

COELHO, António Borges (organização, prefácio e notas) (1989), *Portugal na Espanha árabe*, vol. II, ed. Caminho, Lisboa.

IBN 'ARABÎ (1964), *Rûh al-Quds*, Damasco; trad. Espanhola de Asín Palácios, Miguel (1981), *Vidas de Santones andaluces: la "epístola de la sanidade" de Ibn 'Arabî de Múrcia*, 2ª ed., libros Hiperión, Madrid.

IBN ABD AL-MALIC AL-MARRÂCUXÎ (1971), *Ad-dayl wa -tacmila*, vol IV, ed. Ihsân Abbâs, Beirute.

IBN AL-ABBÂR (1964), *Al-Hulla al-sayarâ*, ed. Hussein Mones, 2 vol., Beiruth; tradução parcial das biografias de sábios do Gharb em Lopes, David (1910), "Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano". *Boletim de Segunda classe da academia real das Ciências*, vol. III, fasc. 4, Lisboa.

- IBN AL-KHATÎB (1973-78), *Al-ihâta fî dicr akhbâr Gharnâta*, ed. A. Inân, vol II, Cairo.
- IBN BASSÂM (1975-79), *Ad-dakhîra fî mahâsin ahl al-Jazîra*, ed. I. Abbâs, 8 vols, Beirute.
- IBN BAXCUÂL (1966), *Kitâb as-sila fî Târîkh aimmat al-Andalus*, 2 vols, Cairo.
- IBN SÂHIB AS-SALÂ (1964), *Târîkh al-Mann bil-Imâma ‘alâ al-Mustad`afîn*, vol. II, ed. Abd al-Hâdî al-Tâzî, Beirute; tradução espanhola por A. Huici Miranda (1969), Valência.
- IBN IDÂRÎ (1985), *Al-Bayân al-moghrib fî akhbâr al-Andalus wa al-Maghrib* (parte almóada), ed. M. I. Al-Cattânî e alii, Casablanca; tradução espanhola por Huici Miranda, A. (1953-54), 2 vol., Tetuan.
- IBN SAÎD AL-MAGHRIBÎ (1953-55), *Al-Mughrib fî hulâ ahl al-Maghrib*, ed. Xawqî Dayf, vol. 2, Cairo.

Estudos

- ALVES, A. e Hadjadji, Hamdane (2000), *Ibn ‘Ammâr Al-Andalusî: o drama de um poeta*, ed. Asírio e Alvin, Lisboa.
- ALVES, Adalberto (2000), *As Sandálias do Mestre*, ed. Hugin, Lisboa.
- BERNANDES, João P. e Oliveira, Luís F. (2002), *A “Calçadinha” de S. Brás de Alportel e a antiga rede viária do Algarve Central*, C.M. S. Brás de Alportel.
- CATARINO, H. (1993), “O castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da primeira intervenção arqueológica”, in *Arqueologia Medieval*, nº 3, Afrontamento, Porto, pp. 73-87.
- CATARINO, H. (2002), “Herança islâmica na Madinat al-‘Uliã (Loulé): Arqueologia e Território”, in *Património islâmico dos Centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, C.C.R. Algarve, Faro, pp.130-142.
- CUNHA, Eugénia e alii (2002), “O passado de al-‘Ulyã: estudo antropológico de uma população muçulmana”, *Património islâmico dos Centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, C.C.R. Algarve, Faro, pp. 143-150.
- DOMINGUES, J. G. (2000), “Ibn ‘Ammâr de Silves, o maior poeta árabe do Algarve”, in *Portugal e o al-Andalus*, ed. Hugin, Lisboa, pp. 143-165.
- DOMINGUES, J. G (2003), “Tavira na época árabe” in *Tavira: território e Poder*, ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 341-359.
- FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (1995), *Vias y defensas andalusíes en la Marcha Oriental*, Textos universitários, Alicante.

- GOMES, Rosa V., (2002), *Silves (Xilb), uma cidade do Gharb al-Andalus: Território e Cultura*, in *Trabalhos de Arqueologia*, nº 23, IPA, Lisboa.
- KHAWLI, A. (2001), “le Garb al-Andalus à l’époque des secondes Taifas”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, ed. Afrontamento, Porto, pp. 23-35.
- KHAWLI, A. (2002), “Algumas reflexões acerca do Algarve nos primeiros séculos da islamização”, in *Património Islâmico dos Centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, C.C.R Algarve, pp. 170-178.
- KHAWLI, A. (2002), “Quelques réflexions sur l’Histoire de l’Algarve pendant les premiers siècles de l’islamisation”, *Xarajib*, nº 2, Silves, pp. 21-40.
- KHAWLI, A. (2003), “Tavira islâmica novos dados” in *Tavira: Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 131-146.
- KOROLEVA-KAPYIRINA, Elena (1997), “Os poetas de Silves na antologia de Ibn Bassâm”, in *Actas das III jornadas de Silves*, Silves, pp. 87-97.
- LOPES, D. (1968), *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, colectânea organizada por José P. Machado, Lisboa.
- LUZIA, Isabel (2002), “o passado em al-‘Ulyã: A escavação arqueológica do cemitério muçulmano” *Património islâmico dos Centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, C.C.R. Algarve, Faro, pp. 151-156.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (1993), “O Portugal Islâmico”, in *Nova História de Portugal*, vol. II, Lisboa, pp. 117-249.
- PICARD, Ch. (2000)., *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècles)*, ed. Maisonneuve et Larose, Paris.

[FS]

AGOSTINHO, Frei Joaquim de Santo

1792: "Crónica da Conquista do Algarve", comentada e anotada por José Pedro Machado in *Anais do Município de Faro, VIII*. Câmara Municipal de Faro, Faro: 1978; 239-274

BAKKER, J. I.

1988: "Patrimonialism, involution, and the agrarian question in Java: a Weberian analysis of class relations and servile labour" in J. Gledhill, B. Bender, M. Larsen (eds.), *State and Society. The emergence and development of social hierarchy and political centralization*, Routledge, London 1988/1995; 279-301

FRAGA DA SILVA, Luís

2002: *A região de São Brás de Alportel na Antiguidade*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira. Edição digital em <http://www.arqueotavira.com/Sao-Bras/Index.htm>

2004a: Ed., *Carta Corográfica de Portugal de Filipe Folque*, Edição digital das quatro folhas do Sul (1892-1893), Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 2004: <http://www.arqueotavira.com/Mapas/Folque/index.html>

2004b: *Geografia urbana da cidade romana de Balsa*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira. Parcialmente publicado em <http://www.arqueotavira.com/balsa/atlasb/index.html>

2005a: *Tavira Romana*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira. Edição digital em <http://www.arqueotavira.com/balsa/tavira/index.html>

2005b: Ed., *O Mapa Corográfico do Reino do Algarve de João Baptista da Silva Lopes - 1842*, Edição digital, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira: <http://www.arqueotavira.com/Mapas/SilvaLopes/index.html>

GAILEY, Christine. W e PATTERSON, Thomas C.

1988: "State formation and uneven development" in J. Gledhill, B. Bender, M. Larsen (eds.), *State and Society. The emergence and development of social hierarchy and political centralization*, Routledge, London 1988/1995; 77-90

IDRISI

La Première Géographie de l'Occident, Flammarion, Paris 1999

LOPES, João Baptista da Silva

1841: *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve*, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa

OLIVEIRA, Ataíde

1902: *Biografia de D. Francisco Gomes do Alvelar arcebispo-bispo do Algarve*, Porto

REI, António

2005: "O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî" in *Medievalista on line*, 1,1, Inst. de Estudos Medievais, Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/PDF/GHARB%20AL%20ANDALUS%20pdf.pdf>

ROSA SANTOS, Luís

1995: *Os acessos a Faro e aos concelhos limítrofes na segunda metade do séc. XX*, s.e., Faro

SAUR, Carl O.

1941: "Foreword to Historical Geography", *Annals of the Association of American Geographers* 31: 1-24.; http://www.colorado.edu/geography/giw/sauer-co/1941_fhg/1941_fhg.html

[AF]

- ALARCÃO, Jorge de (1988). *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3: Évora, Faro & Lagos. Warminster: Aris & Phillips Ltd.
- ALVAR, Manuel e Bernard Pottier (1983). *Morfología Histórica del Español*. Madrid: Gredos.
- ASÍN PALACIOS, Miguel (1944). *Contribución a la Toponimia Árabe de España*. Madrid-Granada: CSIC, Patronato Menendez y Pelaio, Instituto Arias Montano.
- BERNARDES, João Pedro e Luís Filipe Oliveira (2002). *A 'Calçadinha' de S. Brás de Alportel e a Antiga Rede Viária do Algarve Central*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal.
- CATARINO, Helena (2002). *O Algarve Islâmico: Roteiro por Faro, Loulé, Silves e Tavira*. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve.
- COROMINAS, Joan (1973³). *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. Madrid: Editorial Gredos.
- COROMINAS, Joan (1980). *Diccionario Crítico Etimológico Castellano y Hispánico*, 6 vols. Madrid: Editorial Gredos.
- CORRIENTE, Federico (2003²). *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance*. Madrid: Gredos.
- DLPC (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2 vols. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- ENDOVÉLICO – Base de Dados de Sítios Arqueológicos (electrónica). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia: <http://www2.ipa.min-cultura.pt/pls/dipa/sform>
- FABIÃO, Carlos (1997). As villae do actual Algarve, in Barata, Maria Filomena (coord.). *Noventa Séculos entre a Terra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, pp. 373-386.
- FARIA, António Marques de (1997). Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio, in Barata, Maria Filomena (coord.). *Noventa Séculos entre a Terra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, pp.361-371.
- FERNANDES, Maria Alice (1999). Noms de personne et toponymie de l'Algarve, in Kremer, Dieter (coord.). *Akten des 18. Internationalen Kongresses für Namenforschung, Band IV, Personennamen und Ortsnamen* (Trier, 1993). Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 236-268.
- FERNANDES, Maria Alice (2001). Toponímia algarvia de origem árabe, in Coutinho, Valdemar (coord.). *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*. Portimão: Instituto de Cultura Ibero Atlântica, 21-33.
- FERNANDES, Maria Alice e Abdallah Khawli (2005). *O Legado Toponímico do Algarve Islâmico*. Comunicação apresentada ao I Encontro de Toponímia do Algarve, realizado em Albufeira (25 e 26 de Outubro) e organizado pelo Centro de Formação de Professores com o apoio da Câmara Municipal.
- FRAGA DA SILVA, Luís (2002). *A Região de São Brás de Alportel na Antiguidade. O povoamento romano e a sua evolução posterior num território do Algarve Central. Ensaio de Geografia Histórica*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.

- FRAGA DA SILVA, Luís (2005). *Tavira Romana*: <http://www.arqueotavira.com>
- GALMÉS DE FUENTES, Álvaro (1983). *Dialectología Mozárabe*. Madrid: Gredos.
- GARCIA DOMINGUES, José (1987). *Portugal e o Al-Andalus*. Lisboa: Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2.
- GENDRON, Stéphane (2006). *La Toponymie des Voies Romaines et Médiévales. Les mots de routes anciennes*. Paris: Errance.
- GOMES, Rosa Varela (2002). Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura, *Trabalhos de Arqueologia*, 23. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GUINÉS, Juan Vernet (1960). Toponímia Árábica, in Alvar, Manuel, Badía, A. Balbín, R. de, Cintra, L. F. Lindley (dir.). *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Tomo I Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 561– 585.
- HOUAISS, António, Mauro de Salles Vilar e Francisco Manoel de Mello Franco (dir.) (2001). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- KAJANTO, Iiro (1982). *The Latin Cognomina*. Roma: Giorgio Bretschneider Editore.
- LAPESA, Rafael (1981⁹). *Historia de la Lengua Española*. Edición corregida y aumentada. Madrid: Gredos.
- LEWIS, Charlton T. e Charles Short, A Latin Dictionary, *The Perseus Digital Library*: <http://www.perseus.tufts.edu/>.
- LOPES, David (1968). *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes.
- MACHADO, José Pedro (1987). Ensaio sobre a Toponímia do Concelho de Loulé. Separata da *Língua Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.
- MACHADO, José Pedro (1991) *Vocabulário Português de Origem Árabe*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MACHADO, José Pedro (s.d.). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols. Lisboa: Editorial Confluência.
- MARQUES, Teresa (dir.) (1992). *Carta Arqueológica de Portugal*. Lisboa: IPPAR.
- MARTINS, Isilda Pires (1968). *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Lisboa: Câmara Municipal de Loulé.
- MONTENEGRO DUQUE, Angel (1960). Toponímia Latina, in Alvar, Manuel, Badía, A. Balbín, R. de, Cintra, L. F. Lindley (dir.). *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Tomo I Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 501– 530.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2003). Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro. Comunicações apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé, *Promontoria*, ano 1, nº 1, pp. 147-151.
- REI, António (2005). O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do séc. VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa' 'îd al-Maghribî, *Medievalista* (on line), ano 1, nº 1. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa: <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista-andalus.htm>

- RELAÇÃO - *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189*. Escrita em latim por hum dos mesmos cruzados, traduzida e anotada por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844.
- SECO, Manuel (ed.) (2003). *Léxico Hispânico Primitivo (siglos VIII al XII). Versión primera del Glosario del primitivo léxico iberorrománico*. Proyectado y dirigido inicialmente por Ramón Menéndez Pidal, redactado por Rafael Lapesa con la colaboración de Constantino García. Madrid: Espasa Calpe.
- SILLIÈRES, Pierre (1990). *Les Voies de Communication de l'Hispanie Méridionale*. Paris: Publications du Centre Pierre Paris.
- SILVEIRA, Joaquim da (1921-1922). Toponímia Portuguesa, *Revista Lusitana*, 24. Lisboa: Livraria Clássica Editora, pp. 189-226.
- SIMONET, Francisco Javier (1967). *Glosario de Voces Ibéricas y Latinas Usadas entre los Mozárabes, precedido de un estudio sobre el dialecto hispano-mozárabe*. Reimpresión de la edición Madrid 1888. Amesterdam: Oriental Press.
- VARRON, *De Lingua Latina*, Liber V. Texte établi, traduit et annoté par Jean Collart. Paris: Les Belles Letras, 1954.
- VARRON, *Res Rusticae*, Liber I. Texte établi, traduit et annoté par Jacques Heurgon. Paris: Les Belles Letras, 1978.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1928). *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1931). *Opúsculos, Vol. III: Onomatologia*, Coimbra: Imprensa da Universidade.